

ESPAÇO RURAL

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

N.º 169

Periodicidade Bimestral

NOVEMBRO/DEZEMBRO

2025 · 2,75€



A Cooperar
crescemos juntos

Este é o 16º Congresso da Confederação

O Presidente da República

2025 Ano Internacional das Cooperativas

Ministério da Agricultura
CONFAGRÍ CA

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA



CONGRESSO INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO REAFIRMA PAPEL ESTRATÉGICO DAS COOPERATIVAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE PORTUGAL

ENTREVISTA

Secretária-Geral da COPA-COGECA – A Europa Precisa
Assumir a Agricultura como Prioridade Política

DESTAQUE

Renovação Geracional na
Agricultura. Realidade ou utopia?

ATUALIDADE

O Vinho Português é Cultura,
Ciência e Moderação



APRECIE SABOREIE DEGUSTE

COM MODERAÇÃO



Seja responsável, beba com moderação

www.fenadegasvinhocommoderacao.pt

DEIXEM-NOS TRABALHAR!



Idalino Leão
Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

O ano de 2025 aproxima-se do fim e fica marcado como um ano de grande impacto para o sector agrícola. Assistimos a avanços tecnológicos, acompanhados por uma crescente consciência ambiental e, ao mesmo tempo, à determinação dos Agricultores que, apesar das adversidades, se mantiveram, uma vez mais, firmes. A volatilidade dos mercados, as alterações climáticas, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as negociações do acordo Mercosul, com potenciais escaladas e impactos ainda imprevisíveis, trouxeram tensões e uma instabilidade geopolítica sem precedentes. Num contexto em que os consumidores exigem alimentos produzidos com respeito pelo ambiente e garantindo o Bem-estar Animal, embora nem sempre dispostos a assumir o custo associado, torna-se indispensável manter a competitividade e assegurar a comercialização dos produtos. Este é, aliás, o maior compromisso que podemos assumir com o país e com as próximas gerações: um sector agroalimentar sustentável e estrategicamente orientado, capaz de enfrentar os mais diversos desafios e de contribuir para a defesa da soberania alimentar nacional. Contudo, em tempos que exigem respostas rápidas, uma União Europeia demasiado passiva na definição de políticas que valorizem a produção e a indústria europeias agrava a incerteza no sector agroalimentar, com impacto direto na produção agrícola. A União Europeia tem de assumir se quer

uma PAC forte, capaz de assegurar uma alimentação segura e saudável para todos, ou se pretende ficar refém de ciclos económicos e políticos de outros blocos mundiais, que produzem com regras totalmente diferentes das nossas e colocam em risco a segurança alimentar.

A nova proposta para a PAC pós-2027 contraria a previsibilidade, a estabilidade e a possibilidade de crescimento de que o sector agroalimentar tanto necessita.

A Comissão Europeia, para além de retirar mais de 20% à dotação da PAC, desmantela a única e verdadeira política comum no espaço europeu para criar um mecanismo de distorção de mercado, onde os Estados mais ricos serão os mais privilegiados, aumentando ainda mais a sua vantagem competitiva. Ao mesmo tempo, abdica de incentivar a produção alimentar e deixa ao livre-arbítrio de cada Estado-membro decidir se pretende investir na agricultura ou na coesão, criando uma injustiça profunda para um sector agroalimentar que nunca baixa os braços quando está em causa a segurança alimentar europeia.

Esta proposta para a PAC não só divide os Estados-membros consoante a sua riqueza, como também obriga a uma divisão interna dentro de cada país, como nunca o tinha feito, colocando na balança a decisão entre inovar na agricultura, criar mais agroindústria, melhorar o regadio ou, por outro lado, investir em infraestruturas de coesão.

Precisamos de uma posição clara da UE, que defende os agricultores, sem espe-

lhos nem cortinas de fumo, sobre o nosso futuro. O que pedimos é simples: que nos deixem trabalhar.

Este novo ciclo exige mais do que expectativa: exige ação concertada e mobilizadora da mudança. É o momento de reforçar laços, unir forças e construir um sector agrícola mais forte e preparado para o amanhã. Precisamos de um Governo nacional intransigente nas negociações europeias, que defenda Portugal e as nossas reivindicações perante Bruxelas, e que se opõa, claramente, à proposta da Comissão Europeia para a PAC, não permitindo disputas internas entre agricultura e coesão, nem perdas de competitividade do nosso sector agroalimentar no mercado global. Todas as ações contam, grandes ou pequenas. Importa, por isso, entrar em 2026 conscientes de que os desafios serão ainda mais exigentes, mas também atentos às oportunidades para unir sinergias e reforçar a proximidade entre todos os agentes da fileira. Conscientes de que não vivemos isolados e de que juntos somos mais fortes, é tempo de reafirmar o nosso compromisso de melhoria contínua, honrando a nossa origem e aquilo que nos distingue: o espírito cooperativo.

Que 2026 seja o ano em que a proximidade se transforma em força e a união em resultados concretos para o Sector Agroalimentar que, todos os dias, produz mais e melhor, garantindo um futuro sustentável para todos. Votos de um Santo Natal e um Ano Novo com saúde e prosperidade. ●

ÍNDICE

ESPAÇORURAL N.º 169

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

2025

FICHA TÉCNICA

03 EDITORIAL
IDALINO LEÃO
PRESIDENTE DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
DA CONFAGRI



05 ENTREVISTA
ENTREVISTA A ELLI TSIFOROU,
SECRETÁRIA-GERAL DA COPA-COGECA

09 DESTAQUE
RENOVAÇÃO GERACIONAL
NA AGRICULTURA
REALIDADE OU UTOPIA?



12 ENTREVISTA
CAPEMEL COOPERATIVA DE APICULTORES
PRODUTORES E EMBALADORES DE MEL

16 EM FOCO
CONFAGRI PUBLICA RANKING DAS 100
MAIORES COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E
50 MAIORES COOPERATIVAS DE CRÉDITO,
REFORÇANDO O PESO ESTRATÉGICO
DO SECTOR COOPERATIVO EM PORTUGAL

17 DIVULGAÇÃO
CA SEGUROS DESENVOLVE SOLUÇÃO
PARA SEGURO DAS BANANAS DA MADEIRA

18 DESTAQUE
O DESAFIO DA ÁGUA E O SEU
LICENCIAMENTO MARCOU
O ARRANQUE DA AGROVOUGA 2025

20 TEMA DE CAPA
CONGRESSO INTERNACIONAL DO
COOPERATIVISMO REAFIRMA O PAPEL
ESTRATÉGICO DAS COOPERATIVAS NO
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL
DE PORTUGAL

NOVEMBRO/DEZEMBRO

28 ATUALIDADE
O VINHO PORTUGUÊS É CULTURA,
CIÊNCIA E MODERAÇÃO

30 ENTREVISTA
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO
DO VALE DO DÃO E ALTO VOUGA

34 DIVULGAÇÃO
PREPARAR PORTUGAL PARA O CLIMA
DO FUTURO: A ENAAC 2030 E O PAPEL
DO SECTOR COOPERATIVO AGRÍCOLA

39 PROJETOS CONFAGRI
RENOVAÇÃO GERACIONAL
E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
DISCUTIDAS EM CÓRDOBA

40 PROJETOS CONFAGRI
VISITA DE JOVENS AGRICULTORES
IRLANDESES EM PRIMEIRA INSTALAÇÃO
A COOPERATIVAS PORTUGUESAS
– A PROMOÇÃO DA RENOVAÇÃO GERACIONAL

42 PROJETOS CONFAGRI
DIGIFARM2ALL: A CONFAGRI NA
PROMOÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO
DA DIGITALIZAÇÃO AGRÍCOLA

DIA DE INOVAÇÃO NA ADEGA COOPERATIVA
DE CANTANHEDE:
DIGITALIZAÇÃO AO SERVIÇO DA VITICULTURA



Como funciona o código QR?

1

Descarregue uma aplicação gratuita do leitor de *QR code* a partir do seu dispositivo móvel.

2

Faça *scan* do código QR, centrando-o no ecrã do dispositivo móvel.

3

Veja a versão parcial da Revista Espaço Rural ou dos artigos selecionados.

— PROPRIEDADE, EDITOR E REDAÇÃO —



CONFAGRI

CONTACTOS

Palácio Benagazil
Rua Projectada à Rua C
Aeroporto de Lisboa (Humberto Delgado)
1700-008 LISBOA
Telefone: 218 118 000
Fax: 218 118 008
E-mail: espaço.rural@confagri.pt
Site: www.confagri.pt
NIPC: 501 652 299

DIRETOR
Eng.º Nuno Serra

DIRETORA EXECUTIVA
Eng.ª Aldina Fernandes

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO
Dr. Paulo Marques

Consulte o estatuto editorial em <https://www.confagri.pt/content/uploads/2024/12/Estatuto-Editorial.pdf>

— DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA —

CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIALTM

CONTACTO

Avenida Almirante Reis, 114 - 2º C
1150-023 LISBOA
Telefone: 218 141 574
www.cempalavras.pt

— PUBLICIDADE —

Telefone: 218 141 574
E-mail: luis.morais@cempalavras.pt
Telefone: 218 118 000
E-mail: espaço.rural@confagri.pt

FOTOGRAFIA
CONFAGRI e iStock

TIRAGEM

7500 exemplares

PERIODICIDADE

Bimestral

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.
Rua Quinta do Conde de Mascarenhas, 9
2820-652 Charneca da Caparica

DEPÓSITO LEGAL

242723/06

REGISTO

ERS 115370

PREÇO

2,75 Euros

TODAS AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTA EDIÇÃO SÃO DA
RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS SUBSCRITORES

ENTREVISTA A ELLI TSIFOROU, SECRETÁRIA-GERAL DA COPA-COGECA

Num momento em que a Europa atravessa um dos períodos mais desafiadores das últimas décadas — marcado por instabilidade geopolítica, pressões orçamentais, transição ecológica acelerada e profundas mudanças nas cadeias de valor — o papel da agricultura e das cooperativas assume uma centralidade incontornável. É neste contexto que a Espaço Rural publica uma entrevista exclusiva com Elli Tsiforou, Secretária-Geral da COPA-COGECA, a maior organização representativa dos agricultores e das cooperativas agrícolas da União Europeia. Ao longo da conversa, Elli Tsiforou aborda temas centrais como a importância da PAC, a coesão territorial, a sustentabilidade, a renovação geracional e a necessidade de reforçar o poder de negociação dos agricultores. Destaca também o contributo das cooperativas portuguesas e o papel ativo da CONFAGRI no movimento cooperativo europeu.

Trata-se, portanto, de uma leitura essencial para compreender não apenas o presente, mas sobretudo o futuro do cooperativismo agrícola europeu, num tempo em que a capacidade de produzir alimentos, de forma sustentável e com rendimento justo para quem produz, se tornou uma verdadeira questão de segurança estratégica.

O sector agroalimentar é um pilar da economia europeia, mas também da coesão económica, social e territorial. Na sua opinião, que papel deve o sector desempenhar na estratégia de desenvolvimento da União Europeia nos próximos anos?

O sector agroalimentar é um ativo estratégico para a Europa e essencial para o desenvolvimento futuro europeu. É um facto reconhecido que o sector agroalimentar da UE é uma história de sucesso que contribui para a competitividade da UE com um excedente comercial positivo, o que leva a que a nossa União seja o maior exportador agroalimentar do mundo.

A estratégia de desenvolvimento da União Europeia deve também reconhecer que o sector proporciona segurança alimentar, que é fundamental para a estabilidade nacional de cada Estado-Membro e da UE.



1. ELLI TSIFOROU, SECRETÁRIA-GERAL DA COPA-COGECA

Num cenário mundial volátil, marcado por perturbações geopolíticas e perturbações do comércio, a manutenção da capacidade de autossuficiência em matérias-primas essenciais é uma política não negociável. Além disso, os nossos sectores são o maior motor económico das regiões rurais, prevendo o despovoamento e apoiando as economias locais através do efeito multiplicador. Este papel está na base da coesão territorial, tornando os sectores agroalimentar e florestal indispensáveis para a estabilidade social.

Tem defendido que as cooperativas agrícolas são fundamentais para o futuro económico e social da Europa. Como descreveria o papel desempenhado pelas cooperativas no desenvolvimento, na sustentabilidade e na resiliência do sector agroalimentar europeu?

As cooperativas agrícolas são o modelo de negócio mais resiliente para os agricultores, oferecendo uma estrutura democrática que reúne efetivamente o risco, o capital e o acesso ao mercado. Especial-

mente nos Estados-Membros do Sul, este modelo concede às pequenas e médias explorações familiares a escala e o capital necessários para investir em atividades de valor acrescentado, logística, instalações de armazenamento, marketing e projetos inovadores que nunca poderiam pagar sozinhas. Esta dimensão coletiva permite-lhes suportar muito melhor eventuais choques de mercado do que os produtores individuais. Fundamentalmente, estes esforços colaborativos proporcionam uma resposta direta e eficaz aos desafios colocados pela estrutura da cadeia de valor, em que um pequeno número de grandes retalhistas atua como controlador de acesso, resultando em melhores rendimentos para os agricultores. Ao agruparem o volume, as cooperativas alcançam o poder de negociação compensatório necessário para negociar melhores condições e uma parte mais justa do preço no consumidor final, conduzindo diretamente a melhores retornos para os membros agricultores através da diferenciação de preços e de prémios anuais.

Quando se trata de sustentabilidade, devemos considerar que a estrutura cooperativa é inerentemente orientada a longo prazo. Este foco permite investimentos de sustentabilidade a longo prazo. Na verdade, a sustentabilidade é o próprio ADN das cooperativas. As empresas democráticas são lideradas por valores e colocam as pessoas no centro do modelo de negócios para as próximas gerações. A sua visão de longo prazo é claramente demonstrada pela forma como as cooperativas contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Esta é a razão subjacente ao lema «Cooperativas constroem um mundo melhor», que está a ser utilizado no contexto do Ano Internacional das Cooperativas 2025 das Nações Unidas.

Além do longo prazo do modelo cooperativo, deve-se notar também que as cooperativas são excelentes na adopção de inovações que são fundamentais para a sustentabilidade equilibrada. De facto, são motores para a rápida transição através da introdução de soluções inovadoras num ambiente de confiança e de forma organizada e agregada.

A proposta de orçamento da União Europeia para o período 2028-2034 sugere uma diminuição relativa da quota-partes atribuída à agricultura (em termos da sua quota-partes no orçamento global). Como avalia este cenário em termos de segu-



2. ELLI TSIFOROU, SECRETÁRIA-GERAL DA COPA-COGECA

O sector agroalimentar é um ativo estratégico para a Europa e essencial para o desenvolvimento futuro europeu.

rança alimentar e soberania europeia, em especial num contexto de crescente instabilidade geopolítica?

As propostas da Comissão Europeia sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e a PAC representam um erro histórico para o projeto europeu, as suas comunidades agrícolas e os consumidores, um perigo sobre o qual o COPA e a COGECA têm vindo a alertar a Comissão há mais de um ano. A 16 de julho, a Comissão ultrapassou demasiadas linhas vermelhas, o que representa uma ameaça existencial para os nossos sectores, para a integridade do mercado único e para a segurança alimentar de 450 milhões de europeus, tal como consagrado nos Tratados da UE.

A PAC não é apenas um pilar histórico da União Europeia. Continua a ser um instrumento vital e altamente relevante para garantir o acesso a alimentos seguros, sustentáveis e a preços acessíveis em todo o continente. Apoia milhões de agricultores e milhares de cooperativas agrícolas, sustenta as comunidades rurais e contribui para a resiliência económica, ambiental e social da Europa. E a sua força reside na sua communalidade. A PAC deve continuar a ser a espinha dorsal da estratégia da UE para a alimentação e a agricultura, tal como protegida nos Tra-

tados da UE, não só na retórica, mas também através da sua natureza, estrutura e afetação específica de recursos comuns. Tal como indicado na nossa recente carta dirigida aos deputados ao Parlamento Europeu, os ajustamentos marginais às propostas relativas ao QFP e à PAC, de 16 de julho, propostos pela presidente Ursula von der Leyen, ficam muito aquém do necessário para salvaguardar os meios de subsistência dos agricultores e a segurança alimentar da UE.

O COPA e a COGECA estão prontas para lutar por uma alternativa possível e necessária, que respeite a individualidade da PAC e a sua estrutura de dois pilares e que garanta um orçamento específico e à prova de inflação, mantendo-se fiéis às disposições do Tratado da UE.

As cooperativas agrícolas funcionam frequentemente como elo de ligação que assegura a viabilidade económica e social dos territórios rurais. Considera que as atuais políticas europeias reconhecem e valorizam devidamente o papel das cooperativas na promoção da coesão territorial?

Embora a atual política da UE reconheça a forma cooperativa, os quadros existentes não tiram pleno partido do seu potencial de coesão territorial. As cooperativas agrícolas são agentes económicos privados que proporcionam uma boa estabilidade pública e as políticas devem reconhecer explicitamente o seu papel no emprego rural, na renovação geracional e na manutenção das infraestruturas de transformação locais. Isto deve conduzir à chamada vantagem cooperativa. Uma vez que a sua estrutura detida pelos utilizadores garante que o valor e os lucros são mantidos na comunidade e nos territórios locais, promovendo a estabilidade e a resiliência a longo prazo que as empresas detidas pelos investidores não proporcionam intrinsecamente, as cooperativas devem ser fortemente apoiadas e favorecidas nos mecanismos de financiamento.

A realidade é que muitas vezes somos chamados a defender o modelo cooperativo de propostas legislativas que não consideram devidamente o funcionamento básico de uma empresa cooperativa e que correm o risco de comprometer não só os benefícios económicos criados para os agricultores membros, mas também as externalidades ambientais e sociais que as nossas empresas criam.

A comunicação sistemática sobre o modelo cooperativo é fundamental tanto a nível nacional como a nível da UE. Deve ser considerada uma das dimensões-chave do trabalho cooperativo, juntamente com as operações comerciais e uma maior integração. A COGECA está totalmente empenhada nesta direção.

No contexto do Pacto Ecológico Europeu e da transição ecológica, como pode a União Europeia apoiar as cooperativas agrícolas na conciliação dos requisitos ambientais com a viabilidade económica das explorações agrícolas?

A transição ecológica exige grandes esforços que os agricultores, por si só, não podem financiar. As empresas cooperativas ainda existem para apoiar os seus agricultores, mas a UE deve colmatar esta lacuna económica melhorando o acesso das cooperativas ao financiamento e ao financiamento sustentável. A fim de assegurar a estabilidade dos enormes investimentos a longo prazo realizados pelas nossas cooperativas, a UE deve, em primeiro lugar, garantir a segurança jurídica em matéria de investimento; não podemos permitir alterações legislativas abruptas que ponham em perigo estes compromissos. O apoio financeiro deve centrar-se em dois pilares fundamentais. Em primeiro lugar, reduzir os riscos das atividades transitórias. A este respeito, a UE deve facilitar, com as suas abordagens regulamentares, o acesso das atividades económicas de transição ao financiamento nos mercados financeiros e de capitais. É fundamental que os bancos possam apoiar investimentos que representem medidas credíveis e mensuráveis em direção à sustentabilidade, como a transição para fatores de produção hipocarbónicos ou a adoção de medidas específicas de adaptação às alterações climáticas. Esta distinção é vital para desbloquear capital privado para os agricultores empenhados numa via sustentável, aliviando os elevados encargos de investimento inicial. Tal deve ser associado a um apoio sólido à investigação e à inovação. O sector necessita igualmente de apoio para as novas abordagens circulares e bioeconómicas. Por último, a agricultura de precisão, o acesso partilhado a plataformas de dados e máquinas avançadas para otimizar os fatores de produção são essenciais para conciliar a ecologia e a economia.

Uma das suas preocupações tem sido a posição dos agricultores e das cooperativas na cadeia de valor. Que medidas concretas considera necessárias para reforçar o poder de negociação dos produtores em relação a outros intervenientes na cadeia de abastecimento alimentar?

A maneira mais eficaz de melhorar a posição do agricultor é aumentar a escala profissional e a agilidade da cooperativa. O modelo tem de ser plenamente reconhecido e temos de assegurar que a relação cooperativa-agricultor é devidamente tida em conta; não se trata de uma mera relação comercial e deve ser protegida de modo a não pôr possivelmente em perigo o único ativo nas mãos dos agricultores que trabalha para melhorar a sua posição na cadeia de valor.

A COGECA alertou para o impacto das decisões políticas na renovação geracional e na competitividade do sector. Que tipos de políticas considera urgentes para garantir que a agricultura continua a ser atrativa para os jovens europeus?

A COGECA, juntamente com o COPA, destacou a necessidade de uma abordagem política holística para a renovação geracional



ENFARDADEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMENTEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN



SEMEADOR MECÂNICO PREMIA



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



As cooperativas portuguesas não são meros destinatários passivos da política da UE, são arquitetos ativos do futuro do movimento cooperativo europeu.

na agricultura europeia. Temos vindo constantemente a alertar para o facto de a atual incerteza política e a falta de competitividade de comprometerem o futuro da agricultura. Além disso, a renovação geracional está comprometida pelo risco financeiro e pela incerteza. Precisamos urgentemente de reduzir os riscos de entrada nas explorações agrícolas e de tornar a profissão economicamente competitiva. Para tal, são necessárias políticas que apoiem o acesso à terra e ao capital. No entanto, o ponto-chave é que a atracitividade ande de mãos dadas com a estabilidade do rendimento.

Há também uma forte necessidade de impulsionar fundamentalmente o desenvolvimento de competências em digitalização, gestão de dados e sustentabilidade, que são fundamentais. Os jovens agricultores são muitas vezes os primeiros a adotar a tecnologia, e temos de assegurar a infraestrutura e a formação necessárias para tornar a agricultura de precisão o padrão, apelando à carreira agrícola moderna.

Estes elementos foram objeto do Manifesto de Tarragona da COGEGA de 2023. Este manifesto, com 23 objetivos ambiciosos, destacou a importância fundamental de atrair mais jovens cooperantes para o sector e assegurar a sua participação ativa não só na agricultura, mas também na estrutura de governação das empresas cooperativas. Neste contexto, o empenho da Comissão Europeia em reconhecer o papel positivo das cooperativas na Estratégia para a Renovação Geracional na Agricultura, recentemente apresentada, é um resultado concreto do trabalho da COGEGA. A estratégia salienta também de forma adequada que os instrumentos financeiros devem ser adaptados às especificidades de modelos empresariais alternativos, como as cooperativas, e que as nossas cooperativas oferecem vias práticas para os recém-chegados. Ao reconhecer o seu papel fundamental no reforço do poder de negociação dos agricultores, na melhoria do acesso ao mercado e na contribuição para rendimentos mais justos, a Comissão está a lançar as bases para uma política

integrada que ligue a renovação geracional à resiliência económica proporcionada pelas ações de cooperação.

A CONFAGRI tem sido membro ativo da COGECA, exercendo uma das vice-presidências através do seu presidente, Idalino Leão. Como avalia o papel da CONFAGRI na COGECA e o contributo das cooperativas portuguesas para o movimento cooperativo europeu?

A CONFAGRI é um dos pilares da COGECA. O empenho de longa data da sua organização nos nossos valores e no nosso trabalho coletivo é reconhecido e apreciado por todos os membros da COGECA. A eleição de Idalino Leão como vice-presidente da COGECA é um reconhecimento claro deste empenho contínuo e do forte empenho pessoal do presidente da CONFAGRI no trabalho da COGECA. A voz da agricultura portuguesa, que se caracteriza por desafios mediterrânicos únicos, uma estrutura fundiária fragmentada e uma tradição cooperativa profundamente enraizada, está directa e poderosamente representada através da sua organização ao mais alto nível institucional em Bruxelas. As cooperativas portuguesas não são meros destinatários passivos da política da UE, são arquitetos ativos do futuro do movimento cooperativo europeu. O seu contributo é essencial e garante que as políticas defendidas pela COGECA sejam equilibradas, inclusivas e adaptadas às diversas realidades de toda a União.

Que papel considera que a COGECA deve desempenhar no futuro para reforçar a voz das cooperativas agrícolas nas instituições europeias e assegurar que o sector agroalimentar seja tratado como estratégico para a soberania e a segurança da Europa?

A COGECA foi criada e colabora activamente com as instituições da UE desde 1959 e, por conseguinte, está intrinsecamente ligada ao próprio projeto da UE. Não só historicamente, mas também em perspectiva, olhando para o seu futuro.

A missão da COGECA é clara: defender e promover o modelo cooperativo, co-definir políticas que apoiem o crescimento das empresas cooperativas e incentivar uma maior integração e desenvolvimento cooperativos, incluindo nos Estados-Membros da UE onde o modelo cooperativo não está bem enraizado na sua cultura por razões históricas. Além disso, temos de continuar a defender

uma estratégia de comunicação positiva e resoluta. Esta estratégia deve garantir que os decisores estão cientes das especificidades do modelo cooperativo e do seu potencial, sendo inovadores, preparados para o futuro e orientados para a tecnologia. A COGECA continuará também a empenhar-se na criação ativa de mecanismos para facilitar o intercâmbio contínuo de boas práticas e o debate de estratégias de ponta entre os membros. Ao ligar cooperativas inovadoras, podemos aumentar coletivamente as soluções, impulsionando a profissionalização necessária para fazer face à concentração do mercado e aos desafios ambientais e climáticos. Os nossos Fóruns de Negócios, que acontecem duas vezes por ano, são fundamentais para esta direção.

Que mensagem gostaria de dirigir às cooperativas e aos agricultores portugueses, que trabalham todos os dias para garantir o futuro da alimentação e da sustentabilidade na Europa?

Às cooperativas e aos agricultores portugueses, gostaria de dirigir uma mensagem de gratidão e admiração. Gratidão pelo vosso empenho quotidiano, enraizado nas vossas cooperativas e terras, que não se trata apenas de produzir alimentos, trata-se de garantir a segurança, a sustentabilidade e o futuro da Europa. Admiração pelo seu envolvimento contínuo através do seu trabalho colectivo dentro da CONFAGRI, para desenvolver ainda mais o modelo cooperativo e aumentar as suas operações empresariais.

Tive a oportunidade de participar no vosso Congresso no passado mês de outubro e testemunhei o grande progresso do vosso trabalho a nível nacional, o vosso pensamento estratégico voltado para o futuro, sustentado por objetivos claros.

Mas gostaria também de acrescentar que não estão sozinhos nestes esforços.

A COGECA é o nosso veículo coletivo, reunindo ferramentas, estratégias, ideias, conhecimentos e argumentos para defender e apoiar o crescimento das nossas empresas no panorama político da UE. Juntamente com o COPA, formamos a voz forte e unida dos agricultores e das cooperativas agrícolas europeias: uma voz enraizada nos territórios da UE, mas que é ouvida no coração da UE. Num panorama político cada vez mais fraturante, a nossa comunidade recorda a força e o potencial da UE e dos seus povos. ●

RENOVAÇÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA

REALIDADE OU UTOPIA?



TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

CONFAGRI

A renovação geracional é um desafio que surge recorrentemente sempre que se avizinharam discussões sobre alterações à Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (UE), pelo reduzido número de jovens agricultores responsáveis por explorações agrícolas. De acordo com os dados do Eurostat, em 2020, apenas 11,9% dos gestores agrícolas/responsáveis de explorações agrícolas na UE tinha menos de 40 anos, sendo que 33,2% possuía mais de 65 anos de idade. A agricultura, em termos europeus, é também uma profissão onde prevalecem os homens, apenas 31,6% dos agricultores são mulheres, apesar de um forte aumento das mulheres como responsáveis por explorações agrícolas nos últimos anos. Comparativamente com a média da UE, o nível de envelhecimento dos responsáveis pelas explorações agrícolas em Portugal é substancialmente superior à média da UE, verificando-se no mesmo período que apenas 6,4% de responsáveis por explorações agrícolas têm menos de 40 anos de idade, e que 50,3% têm mais de 65 anos de idade.

No período compreendido entre os anos de 1989 e 2023, identificado na Figura 2, em Portugal, o número de explorações agrícolas sofreu uma redução superior a 50%, passando de um total de 550 mil para 240 mil explorações. Também, no mesmo período, o número de Jovens agricultores diminuiu

FIGURA 1

Classes de Idade dos Responsáveis de Explorações Agrícolas por Género (% de todos os responsáveis de explorações, UE, 2020) (Fonte: Eurostat)

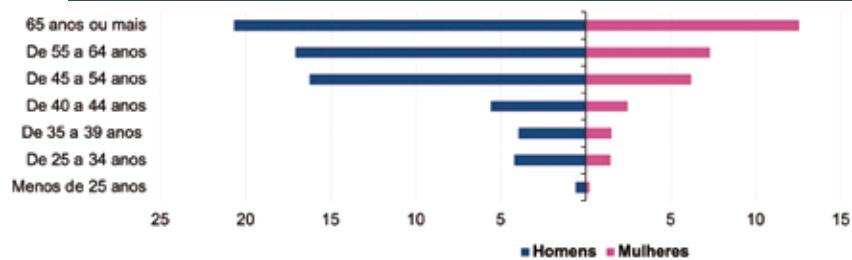
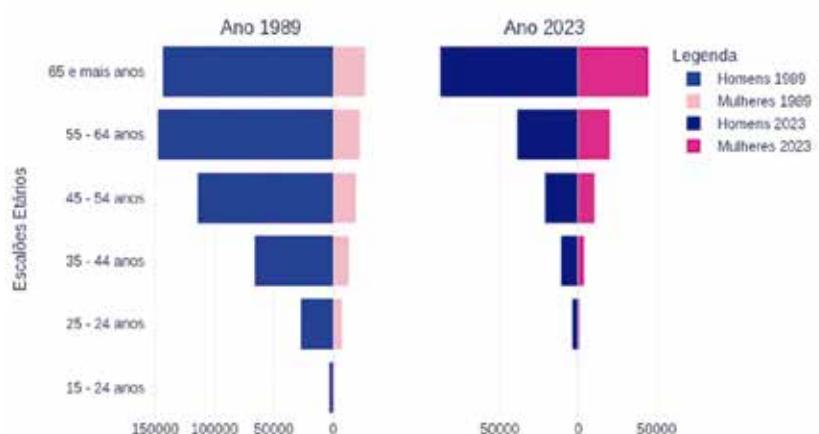


FIGURA 2

Produtores agrícolas singulares (n.º), por localização geográfica (NUTS), Sexo, Grupo etário e Natureza jurídica (anos 1989 e 2023). (Fonte: INE)



de 107 mil para apenas 17 mil.

Os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP), no âmbito do universo de beneficiários do Pedido Único

referente ao ano de 2025, mostram que em 2025, no que concerne ao número de beneficiários por classe de idade e género, não se verificam alterações significativas face ao histórico (Ver tabela 1).

TABELA 1 Classes de Idade dos Beneficiários do Pedido Único 2025, por região (Fonte: IFAP)

CLASSE DE IDADE	NORTE		CENTRO		GRANDE LISBOA		OESTE E VALE DO TEJO		PENÍNSULA DE SETÚBAL		ALENTEJO		ALGARVE		TOTAL CONTINENTE		TOTAL CONTINENTE (%)	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
< 40	2 680	1 480	1 164	499	26	7	343	125	28	7	1 171	472	172	65	5 584	2 655	6%	5%
40 - 69	24 805	18 001	10 807	7 568	230	63	2 523	1 138	217	86	7 111	2 793	1 396	769	47 089	30 418	52%	54%
>= 70	19 153	13 597	10 128	6 433	161	29	2 046	743	146	38	4 565	1 817	1 328	722	37 527	23 379	42%	41%
Total	46 638	33 078	22 099	14 500	417	99	4 912	2 006	391	131	12 847	5 082	2 896	1 556	90 200	56 452	100%	100%

O envelhecimento que se verifica ao nível dos gestores/responsáveis das explorações agrícolas, é o reflexo agravado da evolução da pirâmide etária da população ativa em Portugal. Comparando os anos de 1998 e 2020 verifica-se que a classe etária ativa mais representativa, deixou de ser o grupo de população com idade entre os 25 e os 34 anos, para passar a ser o grupo constituído pela população dos 45 aos 64 anos de idade. Outro aspeto impactante no processo do rejuvenescimento geracional é o despovoamento das áreas rurais. Em Portugal, as zonas rurais também estão a perder população, estudos do Eurostat mostram que no período 2014-2023, ocorreu uma quebra de 15,1% da população das zonas Rurais, e um acréscimo de 11,6% nas zonas urbanas e suburbanas, constituídas pelas Cidades, Vilas e subúrbios. Não sendo uma tendência muito diferente daquela que se verifica noutras Estados-Membro da UE, Portugal apenas contraria a tendência da UE no que se refere ao aumento de população nas zonas urbanas nas cidades.

Pese embora estarmos perante uma geração de jovens cada vez mais qualificados e capacitados, o despovoamento e envelhecimento das zonas rurais impacta, também, fortemente na modernização, no uso de novas tecnologias e na inovação do sector agrícola, agravando a sua situação e a coesão social e ambiental destes territórios, obrigando as cooperativas e associações de agricultores a assumir um papel primordial na democratização do uso de novas tecnologias e, em particular, na digitalização do sector (Ver tabela 2).

Perante as dificuldades na renovação geracional, a Comissão Europeia (CE) apresentou no passado mês de outubro uma "Comunicação" intitulada de «Estratégia para a renovação geracional na agricultura», na qual apresenta um conjunto de medidas emblemáticas para uma renovação geracional duradoura no sector da agricultura, apoiando-se também na proposta apresentada para a PAC 2028-2034. Na comunicação, a CE estabelece um objetivo ambicioso de aumentar até 2040

TABELA 2

Distribuição da população por nível de urbanização (Fonte: Eurostat – EU-SILC - Distribution of population by degree of urbanisation, dwelling type and income group)

ESTADO-MEMBRO	CIDADES		VILAS E SUBÚRBIOS	ÁREAS RURAIS
	UE-27	Portugal		
	0,00%	5,60%	12,60%	-12,8%
			6,00%	-15,1%

a atual percentagem de 12% para 24% de jovens agricultores na UE, incluindo também os novos agricultores, focando-se para isso na resolução de alguns dos obstáculos que se apresentam aos jovens e novos agricultores, em paralelo com o apoio aos agricultores mais velhos através de pensões mais justas e fiáveis para facilitar a transmissão das suas explorações.

Para tornar a atividade agrícola numa atividade viável e satisfatória para os jovens, a CE considera que a nova Política Agrícola Comum (PAC) e os novos Planos Nacionais e Regionais (PNR) de cada Estado-Membro devem incluir estratégias de promoção da renovação geracional. Para o efeito, a CE propõe um conjunto de iniciativas emblemáticas, para responder a um conjunto de cinco domínios que exigem medidas urgentes, designadamente:

Domínio A - Acesso ao crédito e ao financiamento

- Iniciativas emblemáticas:

- A proposta para a futura PAC triplica o nível máximo do apoio para a instalação de jovens agricultores quando o apoio é concedido através de instrumentos financeiros, de 100 000 EUR para 300 000 EUR;
- A proposta da nova PAC prevê igualmente um aumento da taxa de apoio ao investimento até 85% e a possibilidade de os Estados-Membro fixarem níveis mínimos de despesas ou taxas de cofinanciamento da UE mais elevadas para os jovens agricultores.

Domínio B - Acesso ao conhecimento e a competências

- Iniciativas emblemáticas:

- Programa Erasmus para Jovens Em-

preendedores, concebido para que os empreendedores adquiram competências empresariais vitais, ganhem confiança e criem redes, trabalhando com profissionais experientes em mais de 40 países;

- Plataforma Mulheres na Agricultura, com o objetivo de atrair mais mulheres para a agricultura;

- Pacote de boas práticas «Agricultores do futuro» para todas as escolas agrícolas da UE, com o objetivo do sistema de ensino contribuir para que os estudantes encarem a atividade agrícola como uma carreira dinâmica e orientada para o futuro.

Domínio C - Acesso à terra

- Iniciativas emblemáticas:

- Observatório Fundiário Europeu, com o objetivo de aumentar a transparência no domínio fundiário, prevenir a especulação fundiária e facilitar o acesso à atividade agrícola por parte dos novos operadores;
- Políticas fundiárias nacionais, com vista a eliminar os obstáculos no acesso à atividade, e a alinhar as medidas nacionais pelos objetivos da UE em matéria de renovação geracional.

Domínio D - Resiliência, condições de vida dignas e acesso a novas fontes de rendimento

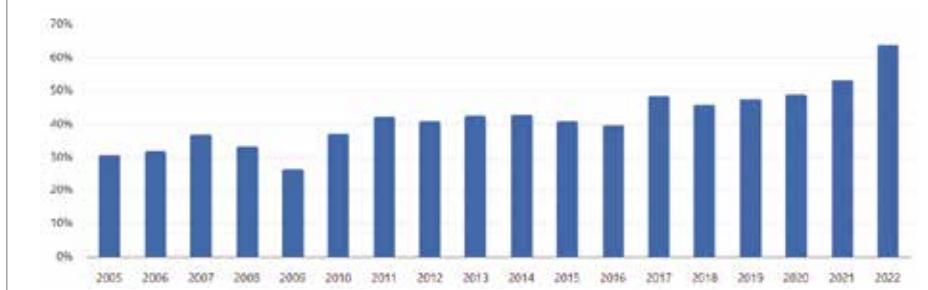
- Iniciativas emblemáticas:

- Serviços de substituição nas explorações agrícolas, com o objetivo de apoiar os agricultores em caso de ausência por doença ou acidente ou devido a responsabilidades parentais, prestação de cuidados, incluindo aos agricultores mais velhos, férias ou formação;

- Embaixadores da juventude rural, programa de apoio a jovens para atuarem como defensores da agricultura e da vida rural e

FIGURA 3

O rendimento agrícola em comparação com os salários dos empregados em toda a economia (Fonte: Comissão Europeia)



participarem ativamente em debates políticos. Os embaixadores contribuirão para moldar a percepção junto do público e a imagem do sector agrícola e das zonas rurais.

● Domínio E - Sucessão e reforma

• Iniciativas emblemáticas:

- *Vincular os pagamentos diretos à idade da reforma dos agricultores até 2032*, de acordo com a proposta da nova PAC os agricultores em idade de reforma que recebem uma pensão deixarão de ser elegíveis para pagamentos diretos, forçando a renovação geracional;
- *Integrar os aspetos pertinentes da renovação geracional respeitantes à sucessão no Semestre Europeu*, com o objetivo de incluir elementos promotores

da renovação geracional no quadro anual das políticas económicas, orçamentais, sociais e de emprego na União Europeia.

Da análise da “Comunicação” da CE resulta o reconhecimento da importância da renovação geracional para o futuro do sector agrícola europeu, assim como a necessidade de ultrapassar alguns fatores de estrangulamento do acesso à atividade através da apresentação de um conjunto de iniciativas consideradas “emblemáticas”. Porém, a CE, apesar de reconhecer nesta estratégia que a atividade agrícola devia proporcionar rendimentos estáveis e equitativos, mediante a aplicação de preços justos, continua sem apresentar qualquer proposta ou reforma concreta que valorize

ou promova esse rendimento justo e adequado. O rendimento da atividade agrícola continua cerca 40% inferior ao rendimento de outros sectores, e sujeito a incertezas várias. Ao invés de uma preocupação com o rendimento direto da atividade, a CE propõe o alargamento do leque de fontes de rendimento das explorações para outras atividades distintas da produção agrícola, desvalorizando na prática os agricultores. Em conclusão, a preocupação da CE não é com o sector agrícola, é com a acessibilidade dos alimentos tal como referido na “Comunicação” da CE, os preços elevados exercem pressão sobre os orçamentos das famílias, especialmente no caso dos grupos com rendimentos baixos. Ou seja, o bem maior desta estratégia é na verdade garantir o *abastecimento em alimentos seguros, sustentáveis e a preços acessíveis a mais de 450 milhões de consumidores da UE*, nem que para isso a renovação geracional tenha de ser compulsiva como consta da proposta da futura PAC que obriga os Estados-Membros a assegurar que, o mais tardar até 2032, os requerentes que atinjam a idade de reforma prevista na legislação nacional, e que recebam uma pensão, deixem de receber o apoio ao rendimento por superfície. ●

**PRODUTOS
PERFEITOS
PARA SI!**



■ TRATORES



M4-063 ARCO,
M4-073



M4-063 CAB, M4-073



M5-092 ARCO, M5-112



M5-092, M5-112



M5-072N, M5-092N,
M5-102N, M5-112N



M5-072N, M5-082N,
M5-112N



M6-122, M6-132,
M6-142



M7-133, M7-153,
M7-173

■ TRATORES COMPACTOS



EK1-261



B2-201, B2-261



L2-372, L2-452,
L2-522



LX-351, LX-401

■ EQUIPAMENTOS



FB1000



XTA24



DSXL-W GEOSPREAD



CU3301

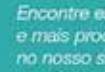
■ VEÍCULOS UTILITÁRIOS



RTV-X1110TR



RTV-X1110TW



Encontre estes e mais produtos na nosso site:





TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

1. SEDE DA CAPEMEL

CAPEMEL

COOPERATIVA DE APICULTORES PRODUTORES E EMBALADORES DE MEL

A CAPEMEL—Cooperativa de Apicultores Produtores e Embaladores de Mel, CRL, sediada na Batalha, celebrou em 2025 o seu 10.º aniversário. Uma década pode parecer pouco tempo na vida de muitas organizações, mas no caso da CAPEMEL representa um percurso notável de crescimento, consolidação e afirmação no sector apícola nacional. Criada em 2015 por um grupo de apicultores unidos pelo objetivo de valorizar o mel português e garantir melhores condições de comer-

cialização aos produtores, a cooperativa reúne hoje cerca de 80 associados de várias regiões do país, produz anualmente cerca de 100 toneladas de mel e tornou-se uma referência na fileira.

Com uma atuação abrangente e integrada — que vai desde a venda de equipamentos e fatores de produção, ao apoio técnico, moldagem de cera, embalamento e comercialização —, a CAPEMEL assumiu um papel estruturante na organização da oferta e na valorização da produção apícola nacional. A marca própria da cooperativa, Polje D'Aire, tem ganho crescente reconhecimento, destacando-se pela autenticidade e pela aposta em méis diferenciados e de elevada qualidade.

Ao longo destes dez anos, a CAPEMEL conseguiu enfrentar um contexto de mercado exigente, marcado por oscilações de produção, concorrência internacional, fenómenos climáticos extremos, pressão da varroose, da vespa velutina, e elevados custos de manutenção das colmeias. Apesar destes desafios, consolidou uma estratégia focada na valorização do mel nacional, na estabilidade do rendimento dos produtores e na aposta crescente no

embalamento e na presença no mercado nacional — incluindo parcerias com grandes grupos como a Sonae e a Nestlé. Numa altura em que prepara a expansão das suas instalações para a zona industrial de Porto de Mós, a CAPEMEL entra numa nova fase da sua história, com ambição reforçada, novos projetos e a vontade clara de continuar a contribuir para o desenvolvimento do sector apícola, para a coesão territorial e para a valorização do mel português.

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Cooperativa de Apicultores Produtores e Embaladores de Mel, CRL

[CONTACTOS]

Morada: Estada de Fátima – Casal do Quinta 2440-025 Batalha
Telefone: +351 244 098 933
Email: geral@capemel.pt



2. BRUNO MARTINS, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração

A CAPEMEL celebrou este ano o seu 10.º aniversário. Que significado assume esta data para a Cooperativa, para os seus associados e para o sector apícola nacional?

Celebrar o 10º aniversário da CAPEMEL é, acima de tudo, um motivo de grande orgulho. Embora seja uma cooperativa jovem, o caminho percorrido nesta década demonstra bem a importância da organização para os apicultores e para o sector apícola nacional. A sua criação respondeu a uma necessidade concreta do sector: organizar a comercialização do mel a granel, concentrando produção para a valorizar e melhorar o valor pago aos apicultores. Essa missão inicial permitiu que os apicultores associados

tivessem acesso a uma comercialização estruturada, capaz de assegurar melhores preços e uma maior estabilidade. Com a desvalorização do mel no mercado internacional, a CAPEMEL evoluiu, apostando no embalamento e na ligação direta ao consumidor. Hoje embala toda a produção, trabalha exclusivamente com mel português e colabora com grandes parceiros, valorizando o produto e garantindo estabilidade aos associados.

Para os apicultores, estes 10 anos representam segurança e um mercado assegurado; para o sector, traduzem a afirmação de um modelo cooperativo capaz de criar valor e melhorar a resiliência da produção apícola nacional.

Desde 2015, a CAPEMEL tem registado um crescimento notável. Que balanço faz do impacto da Cooperativa na produção apícola?

O balanço desta década é extremamente positivo. A CAPEMEL conseguiu concretizar um dos seus principais objetivos: garantir aos apicultores uma comercialização estável, organizada e com uma remuneração justa. Hoje, a cooperativa paga, em média, cerca de 20% acima do preço praticado no mercado nacional para o mel a granel, o que representa uma diferença significativa para os produtores. Isto permite que os produtores se concentrem na produção, sabendo que têm apoio técnico, acompanhamento e escoamento assegurado. Num sector caracterizado pela instabilidade — clima, vespa-asiática, flutuações de produção — esta previsibilidade é determinante. A aposta no embalamento permitiu igualmente diversificar canais de venda

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A COOPERATIVA DE APICULTORES E EMBALADORES DE MEL



CAPEMEL
COOPERATIVA DE APICULTORES.
PRODUTORES E EMBALADORES DE MEL, CRL
ESTB2015

e acrescentar valor ao mel português, tendo a cooperativa alcançado parceiros de grande dimensão, como a SONAE e a Nestlé, além do desenvolvimento da sua própria marca, a "Polje D'Aire".

A CAPEMEL tornou-se, assim, uma peça central na consolidação e no crescimento da produção apícola nacional.

A CAPEMEL tem associados de várias regiões do país. Como é feita a articulação entre produtores e que serviços a CAPEMEL coloca à sua disposição?

A CAPEMEL nasceu com um âmbito nacional e continua aberta a produtores de qualquer região. Esta diversidade



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: JOÃO BERNARDES; BRUNO MARTINS; LEONEL ROCHA



4. GAMA DE MÉIS DA MARCA POLJE D'AIRE

O futuro da cooperativa constrói-se todos os dias com o empenho de cada apicultor e com a dedicação em manter um produto de excelência.

enriquece a oferta, permitindo integrar méis com características distintas, uma mais-valia para a valorização comercial e para a diferenciação da sua produção. A articulação entre os produtores assenta num apoio permanente. Para além da comercialização do mel, a Cooperativa presta apoio e assistência técnica, e orienta os associados em matérias relacionadas com projetos e apoios. Sempre que um produtor enfrenta dúvidas ou entraves, a CAPEMEL está disponível para ajudar, seja ao nível técnico, administrativo ou operacional.

A diversidade regional é também fundamental para a marca "Polje D'Aire", que integra vários tipos de mel específicos. Com a futura loja online, a implementar, a CAPEMEL pretende ampliar a distribuição destas variedades diferenciadas e reforçar a valorização do mel português.

A marca "Polje D'Aire" tem vindo a afirmar-se no mercado como símbolo da qualidade do mel português. Que gamas de produtos integram atualmente esta marca?

A estratégia da Cooperativa assenta, sobretudo, na diferenciação. Em vez de apostar apenas no mel multifloral, multifloral biológico e no pólen, a CAPEMEL tem procurado valorizar méis mais específicos, com identidade territorial própria e características organoléticas distintas. Entre os produtos mais emblemáticos estão o mel de alecrim, mel de rosmaninho, mel de urze, mel de laranjeira, mel de medronheiro, mel de castanheiro e mel de eucalipto, com disponibilidade variável consoante as campanhas. Como pode verificar comercializamos uma diversidade alargada de méis, embora nem todos estejam disponíveis de forma contínua. A marca "Polje D'Aire" destina-se a consumidores que valorizam qualidade, autenticidade e ligação ao território, reforçando o posicionamento do mel português como produto de excelência.

A CAPEMEL anunciou a expansão das suas instalações para a zona industrial de Porto de Mós. Que objetivos estão associados a este investimento?

A expansão das instalações representa um passo decisivo na afirmação da CAPEMEL e responde ao crescimento expressivo da Cooperativa, cuja faturação deverá aumentar mais de 50% em 2025. O espaço atual é já insuficiente para dar resposta ao aumento da produção, à consolidação e reforço de parcerias e aos serviços prestados a apicultores externos, nomeadamente no embalamento e no desenvolvimento das suas próprias marcas. A nova infraestrutura permitirá aumentar a capacidade de embalamento, melhorar as condições logísticas, reforçar os controlos de qualidade e criar mais espaço para armazenamento. Abrirá também

portas a novos mercados e a um eventual crescimento da atividade exportadora no segmento de mel embalado.

O objetivo é claro: criar uma estrutura moderna, eficiente e preparada para sustentar a próxima década de crescimento da CAPEMEL. Trata-se de um investimento que reforça a capacidade produtiva, mas também o papel da Cooperativa como motor de valorização do mel português e do sector apícola nacional.

As cooperativas agrícolas têm um papel essencial no apoio à produção e no desenvolvimento dos territórios. É fundamental reconhecê-las como estratégicas?

Sem dúvida. As cooperativas, incluindo a CAPEMEL, desempenham funções que ultrapassam a mera comercialização: garantem estabilidade de preços, prestam apoio técnico, asseguram serviços fundamentais e contribuem diretamente para a coesão territorial, sobretudo em zonas rurais.

Apesar disso, ainda não existe um reconhecimento pleno nas políticas públicas. A apicultura continua subvalorizada face à sua importância social, ambiental e económica, nomeadamente no contributo, por exemplo, para a polinização e biodiversidade — um serviço essencial, mas ainda pouco compensado.

Algumas medidas recentes vão no sentido certo, mas continuam aquém das necessidades. Para que o sector possa evoluir, é necessário reforçar o apoio às cooperativas, criar políticas diferenciadas e ajustadas à realidade do território e reconhecer o enorme serviço público que as cooperativas agrícolas prestam — não apenas na economia, mas também na

sustentabilidade ambiental e na segurança alimentar. A CONFAGRI, a FENAPÍCOLA e outras estruturas representativas têm desempenhado um papel importante nesta luta, mas é essencial que o Estado avance de forma mais clara e eficaz

A renovação geracional é um dos grandes desafios do sector agroalimentar. Que estratégias poderiam contribuir para fixar e atrair jovens para o sector?

A principal dificuldade está na instabilidade do sector. A produção apícola é altamente variável e os jovens procuram segurança e rendimentos previsíveis. Além disso, a agricultura continua a ser percecionada como uma profissão com pouca valorização social e económica. Para inverter este cenário é essencial criar condições de maior estabilidade: apoios mais eficazes à instalação, medidas de mitigação de riscos climáticos, incentivos ao investimento tecnológico, acesso a financiamento e políticas que assegurem rendimentos mínimos mais previsíveis. Criar estabilidade, garantir rendimentos mais previsíveis e reforçar o reconhecimento do papel essencial dos agricultores e apicultores são passos determinantes para motivar jovens a apostar no sector. Sem isso, continuaremos a assistir ao seu afastamento e a uma crescente dificuldade em assegurar a renovação geracional de que tanto necessitamos.

O sector apícola enfrenta desafios como a seca, os incêndios, a varroose e a vespa velutina. Como tem a CAPEMEL apoiado os apicultores e que medidas são prioritárias?

A apicultura vive uma acumulação de desafios: resistência crescente à varroose, alterações climáticas, fenómenos extremos, perda de flora após incêndios e pressão crescente da vespa velutina, que tem reduzido imenso a produção de mel de eucalipto.

A CAPEMEL tem procurado estar ao lado dos seus apicultores em todas estas frentes, apoiando através de acompanhamento técnico, orientações, apoio em candidaturas, assistência operacional, entre outras. No entanto, muitos problemas exigem soluções políticas mais robustas. Nos incêndios, por exemplo, o apoio atual, centrado apenas na reposição de colmeias, é insuficiente — uma zona ardida pode demorar anos a recuperar. É necessário considerar custos de alimentação, deslo-

As cooperativas agrícolas prestam um enorme serviço público à economia, à coesão territorial e à sustentabilidade ambiental, mas esse papel continua pouco reconhecido nas políticas públicas.

cações e perda prolongada de produção. Também no controlo da vespa velutina e sanidade apícola é fundamental reforçar apoios, já que os custos recaem quase exclusivamente sobre os apicultores, apesar do benefício coletivo da polinização. Reforçar o apoio direto ao produtor, adaptar as políticas às novas realidades climáticas e reconhecer o papel essencial da apicultura para o país são passos fundamentais.

Quais são as principais linhas estratégicas da CAPEMEL para os próximos anos?

As prioridades passam por reforçar a valorização da marca "Polje D'Aire", aumentar a sua presença no mercado nacional e dar maior visibilidade às variedades monoflorais.

A criação da loja online é um passo central para aproximar a Cooperativa dos consumidores e ampliar a comercialização. Outro objetivo decisivo é a construção das novas instalações, que permitirá expandir a capacidade produtiva, melhorar fluxos de trabalho e responder ao crescimento da atividade. A médio prazo, a CAPEMEL pretende reforçar a presença internacional no segmento de mel embalado, algo que só será possível com melhores condições logísticas.

O objetivo para a próxima década é claro: instalações próprias plenamente operacionais, marca fortalecida e canais diversificados de comercialização, sempre com o foco na valorização do mel português.

Como caracteriza a relação da CAPEMEL com a CONFAGRI?

A relação tem sido muito positiva. A CONFAGRI tem sido um parceiro fundamental no apoio técnico, na formação, no acompanhamento de projetos e na defesa dos interesses do sector apícola. A Confederação desempenha um papel essencial na valorização das cooperativas agrícolas e no desenvolvimento do sector agroalimentar. A CAPEMEL identifica-se

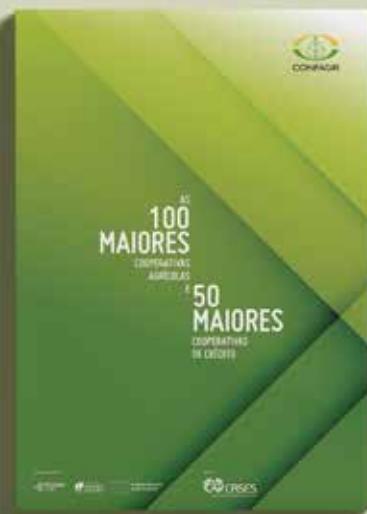
plenamente com esta missão e participa ativamente neste esforço coletivo. Reconhece na CONFAGRI não apenas uma entidade representativa a nível nacional e europeu, mas um verdadeiro parceiro estratégico, que ajuda a valorizar o trabalho das cooperativas, a defender os seus interesses e a reforçar o papel do sector agroalimentar no desenvolvimento do país.

Que mensagem gostaria de deixar aos associados, parceiros e consumidores?

Quero deixar uma palavra de profundo agradecimento a todos os apicultores da CAPEMEL. Acreditar na Cooperativa, acreditar na apicultura e produzir um mel de qualidade é essencial para o sucesso de todo este projeto. O futuro da Cooperativa constrói-se todos os dias com o empenho de cada apicultor, com o cuidado colocado nas colmeias e com a dedicação em manter um produto de excelência. É isso que nos distingue e que queremos continuar a valorizar.

Aos nossos parceiros, deixo igualmente uma palavra de reconhecimento. Podem continuar a contar com o nosso compromisso de trabalhar sempre com rigor, transparência e a preocupação permanente de colocar no mercado um produto que honra o esforço de quem o produz. E aos consumidores, quero transmitir total confiança: o mel que chega às suas mesas é 100% português, resultado do trabalho de apicultores de várias regiões do país, onde a apicultura é também um contributo fundamental para a economia local e para a manutenção da biodiversidade. Ao escolherem o nosso mel, estão a apoiar estes produtores e a fortalecer um sector que tem um impacto muito maior do que muitas vezes se imagina. A missão da CAPEMEL é simples: valorizar o mel nacional e garantir que cada frasco represente qualidade, autenticidade e o melhor da apicultura portuguesa. É este compromisso que norteia o nosso trabalho e que continuará a guiar o caminho da Cooperativa nos próximos anos. ●

CONFAGRI PUBLICA RANKING DAS 100 MAIORES COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E 50 MAIORES COOPERATIVAS DE CRÉDITO, REFORÇANDO O PESO ESTRATÉGICO DO SECTOR COOPERATIVO EM PORTUGAL



TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

ACONFAGRI lançou o livro “As 100 Maiores Cooperativas Agrícolas e 50 Maiores Cooperativas de Crédito”, uma publicação que evidencia a importância económica, social e territorial do movimento cooperativo agrícola e de crédito agrícola português. Publicada no Ano Internacional das Cooperativas, esta edição reúne dados referentes ao exercício de 2023 e oferece uma leitura rigorosa e atualizada sobre a dimensão real das principais cooperativas do país.

Tendo por base a publicação da CASES “As 100 Maiores Cooperativas” e assente em dados oficiais recolhidos no Portal de Credenciação da CASES a publicação constitui um instrumento de análise fidedigno, apresentando rankings e indicadores essenciais que revelam a robustez, diversidade e impacto do sector cooperativo agrícola e de crédito agrícola português. Ao lançar esta obra, a CONFAGRI reforça a sua missão institucional: valorizar o cooperativismo como pilar económico e social, evidenciar o papel das cooperativas na coesão territorial e contribuir para um melhor conhecimento público do sector.

Um instrumento de análise e reconhecimento

A publicação apresenta os rankings das maiores cooperativas com base no volume de negócios (no caso das cooperativas agrícolas) e no ativo líquido (no caso das cooperativas de crédito), complementando-os com dados fundamentais que permitem contextualizar o desempenho do sector: distribuição geográfica, longevidade, emprego, participação feminina, solvabilidade, liquidez e indicadores de autonomia financeira.

A publicação cobre exclusivamente cooperativas com credencial válida para o ano de 2023 e que cumpriram os deveres legais de prestação de contas. Este critério assegura a atualidade e a confiabilidade dos dados, constituindo uma base sólida para avaliar a evolução recente do sector.

A força das cooperativas agrícolas na economia nacional

O ranking das 100 maiores cooperativas agrícolas confirma o papel central do ramo agrícola no universo cooperativo português. Em 2023, este conjunto de

entidades registou um volume de negócios de cerca de 2,39 mil milhões de euros, representando um crescimento expressivo face ao ano anterior. As cooperativas agrícolas mantêm uma presença territorial alargada, distribuindo-se por praticamente todos os distritos do país e pelas Regiões Autónomas, demonstrando a capacidade de adaptação do modelo cooperativo aos diferentes contextos agrícolas e socioeconómicos.

Em conjunto, estas cooperativas representaram 4.510 postos de trabalho e um universo de cerca de 130.000 cooperadores, evidenciando a escala social e económica do sector.

A longevidade do sector continua a ser uma característica distintiva: a idade média das maiores cooperativas agrícolas é de 52,6 anos, com 77 delas fundadas antes da adesão de Portugal à então CEE. Este dado evidencia a estabilidade institucional do modelo cooperativo e a sua capacidade de atravessar diferentes ciclos económicos, políticos e sociais.

Os indicadores económico-financeiros analisados no livro apontam para níveis

elevados de liquidez, solvabilidade e autonomia financeira, bem como baixas taxas de endividamento, traduzindo uma gestão sólida e sustentável.

No plano social, destaca-se o contributo para o emprego no mundo rural, demonstrando a relevância do sector para o emprego rural e contribuindo para fixar população em territórios de baixa densidade — onde estão sediadas 31 das entidades listadas. Destaca-se igualmente a elevada proporção de contratos sem termo, um indicador da estabilidade laboral no sector.

As 50 maiores cooperativas de crédito: solidez, proximidade e coesão territorial

No ramo do crédito, o ranking é liderado pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. As 50 maiores cooperativas de crédito estão presentes em praticamente todo o país, incluindo 15 sediadas em territórios de baixa densidade — um elemento que confirma o papel decisivo da rede do Crédito Agrícola na coesão territorial e no acesso aos serviços financeiros.

O conjunto destas cooperativas registou, em 2023, 33,4 mil milhões de euros de ativo líquido, um crescimento de cerca de 2% face ao ano anterior, e empregou 3.556 trabalhadores, correspondendo a um aumento de 4%. A longevidade média destas instituições — 67 anos — reflete a maturidade do sector, com várias cooperativas centenárias e outras cuja idade resulta de processos mais recentes de reorganização. A estrutura laboral é marcada por um elevado peso de contratos sem termo (93%) e por um crescimento significativo da participação feminina, tanto no emprego como nos órgãos de administração, onde atinge cerca de 30%, um valor muito acima da média nacional.

Do ponto de vista económico, a evolução foi expressiva: a margem financeira global duplicou, o produto bancário cresceu 84% e os resultados líquidos atingiram 300,6 milhões de euros, com todas as cooperativas do ranking a registarem melhorias nas principais rubricas.

Um contributo da CONFAGRI para o conhecimento e valorização do sector

Com a edição de 2025 desta publicação, a CONFAGRI reforça a sua missão de divulgar informação rigorosa e atualizada sobre a realidade cooperativa nacional, contribuindo para o reconhecimento público do papel estratégico que as cooperativas agrícolas e de crédito desempenham no desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal.

Num ano particularmente simbólico — o Ano Internacional das Cooperativas — este livro constitui assim um testemunho do contributo do cooperativismo para a economia portuguesa, reafirmando uma premissa central: sem cooperativas fortes, não há um sector agroalimentar competitivo, nem um território equilibrado e coeso. ●

A publicação integral está disponível para consulta no site da CONFAGRI, através do link:

https://www.confagri.pt/content/uploads/2025/12/100-maiores_2025_HR.pdf



CA SEGUROS DESENVOLVE SOLUÇÃO PARA SEGURO DAS BANANAS DA MADEIRA

A CA Seguros, seguradora do Grupo Crédito Agrícola, anuncia que está em fase de formalização para assumir o seguro para os produtores da banana da Madeira, oferecendo uma solução que responde aos desafios únicos da produção desta cultura na região. Este marco reflete o compromisso da CA Seguros em apoiar o sector agrícola nacional, com soluções ajustadas às necessidades reais das comunidades e dos seus produtores. Após vários concursos realizados este ano sem qualquer sucesso, devido a exigências técnicas e ao elevado grau de risco, a CA Seguros apresentou uma solução robusta para o seguro de colheitas coletivo da banana da Madeira. Graças à sua experiência no ramo agrícola e ao profundo conhecimento do sector, a CA Seguros desenvolveu um seguro que integra proteção contra os principais riscos climáticos, contribuindo para a sustentabilidade e salvaguardando a produção de um produto emblemático da Madeira. Para Carlos Pereira, Diretor da Área de Subscrição da CA Seguros, "este seguro traduz não só a nossa capacidade técnica no sector agrícola, mas também o nosso compromisso em estar ao lado dos agricultores, especialmente em cenários desafiantes. O caso das Bananas da Madeira demonstrou que, com soluções bem desenhadas e proximidade aos produtores, é possível criar proteção ajustada às características e especificidades locais."

A CA Seguros reforça, assim, a sua posição como uma das seguradoras de referência em Seguros Não Vida para o sector agrícola, garantindo soluções eficazes e de proximidade aos seus clientes de Norte a Sul de Portugal, incluindo ilhas. ●



O DESAFIO DA ÁGUA E O SEU LICENCIAMENTO MARCOU O ARRANQUE DA AGROVOUGA 2025

TEXTO
PAULO MARQUES
CONFAGRI

A CONFAGRI, em parceria com a Câmara Municipal de Aveiro e com o apoio da EABL, da Carne Marinhoa, da Lacticoop e da Proleite, promoveu no dia 21 de novembro, no Parque de Exposições de Aveiro, o colóquio “O Desafio da Água e o Seu Licenciamento”, inserido no programa oficial da Agrovouga 2025. A iniciativa reuniu autarcas, entidades públicas, cooperativas, produtores, responsáveis governamentais e agentes do sector agropecuário num debate amplo sobre a gestão da água e a crescente complexidade dos processos de licenciamento — temas centrais para o futuro da agricultura portuguesa.



1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

2. INTERVENIENTES DA SESSÃO DE ABERTURA COM O PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

O encontro teve início com um *welcome coffee* oferecido pelos produtores lácteos da região, gesto simbólico que reforçou o vínculo histórico entre a Agrovouga e o sector cooperativo leiteiro, elemento identitário deste território.

Sessão de abertura: compromisso político e institucional

A sessão de abertura revelou desde logo uma forte convergência quanto à relevância do tema. O Vereador da Câmara Municipal de Aveiro, Pedro de Almeida, destacou que a Agrovouga “é um espaço de encontro, de inovação e partilha”, onde se promove a agricultura sustentável e se valoriza a produção regional. Recordou que a água, “um recurso vital cada vez mais pressionado pelas alterações climáticas”, exige uma gestão territorial cuidada e um conhecimento profundo das exigências regulatórias. Sublinhou ainda a importância pedagógica da feira, que atrai “milhares de alunos” e contribui para despertar nos jovens o interesse pela

agricultura, sustentabilidade e valorização dos recursos naturais.

Seguiu-se Vítor Santos, Presidente da Proleite, que saudou a organização do colóquio e destacou o peso do tema para os produtores: a plateia reunia muitos produtores de leite “que vivem hoje uma realidade muito dura na sua atividade”. Realçou que o sector melhorou a sua eficiência, mas que essa evolução trouxe constrangimentos, especialmente num contexto marcado por unidades produtivas que tiveram de se adaptar ao paradigma do minifúndio. Por isso, afirmou que os produtores querem “ser parte da solução e não parte do problema” e manifestou expectativa de que o encontro ajude a encontrar caminhos partilhados e consensuais.

Também José Marques, Presidente da Lacticoop, trouxe à sessão uma dimensão histórica e identitária. Recordou que a Agrovouga é muito mais do que uma feira: é “uma memória coletiva e um compromisso com o futuro”, palco onde se afirmou a fileira

leiteira e onde se tem promovido inovação, qualidade, sustentabilidade e o orgulho de quem produz. Na sua análise ao tema do colóquio, reforçou que a água é simultaneamente recurso natural, económico e ambiental, defendendo que “gerir bem é proteger o futuro” e que licenciar com rigor e sensatez é essencial para garantir equilíbrio entre produção e preservação ambiental. Por isso, considerou este debate uma peça fundamental da missão da Agrovouga: refletir com seriedade sobre o futuro do sector agroalimentar.

A finalizar, Rui Ladeira, Secretário de Estado das Florestas, enfatizou a urgência de modernizar a política da água, afirmando que “não há política agrícola moderna sem uma política da água moderna”. Referiu a estratégia governamental Água que Une, focada na eficiência hídrica, no reforço da capacidade de armazenamento, na reutilização de água residual tratada e num processo de licenciamento mais rápido, digital e transparente. Sublinhou ainda que água

<p>e floresta partilham desafios comuns e que a gestão integrada do território é essencial para assegurar resiliência e sustentabilidade. Por fim, reconheceu publicamente o trabalho da CONFAGRI, afirmando que o movimento cooperativo tem demonstrado uma capacidade de mobilização e de criação de valor que importa destacar.</p> <p>Painel temático: complexidade, cooperação e o papel da administração</p> <p>O painel temático contou com a participação de José Pimenta Machado (APA), Vasco Estrela (CCDR Centro), Jorge Almeida (CIRA), José Marques (Lacticoop) e Vítor Santos (Proleite), sob moderação do Secretário-Geral da CONFAGRI, Nuno Serra.</p> <p>Na abertura do debate, Nuno Serra recordou que o propósito da CONFAGRI passa por facilitar a vida do sector através da articulação com instituições públicas, e lançou ao</p>	<p>resolver os problemas dos licenciamentos, é necessária “vontade política e bom senso”, lembrando que o sector já apresentou à tutela, há um ano, um documento com propostas concretas para melhorar o sistema. Explicou que a complexidade atual é incomportável: num caso simples, identificou “17 entidades” envolvidas no processo, havendo situações que chegam “quase às 30”. Considerou que a solução passa também pelo apoio às respostas coletivas, nomeadamente nos projetos de biogás e biometano, que precisam de enquadramento mais ágil.</p> <p>A intervenção avançou depois para uma dimensão mais ampla: “Quando falamos de agricultura, estamos a falar de coesão, estamos a falar de economia, estamos a falar de ambiente — porque os agricultores são os primeiros ambientalistas e os jardineiros da paisagem, os primeiros a sentir as alterações climáticas e os mais preocupados</p>	<p>fazemos é cuidar de gente e de território, deixem-nos trabalhar.”</p> <p>O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Luís Souto de Miranda, reforçou a pertinência do tema e a necessidade de concertação entre entidades, lembrando que a água “não conhece fronteiras municipais nem regionais”. Defendeu maior cooperação com o conhecimento científico, apontando o papel das universidades no desenvolvimento de soluções estruturais e inovadoras, e realçou a dimensão educativa da Agrovouga, que constitui um dos maiores momentos de contacto de crianças com o sector agropecuário.</p> <p>Por fim, o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Silvério Regalado, reafirmou o compromisso do Governo com a agricultura, defendendo a simplificação administrativa como prioridade. Considerou fundamental reduzir burocracias,</p>
		
<p>3. INTERVENIENTES DA SESSÃO DE ENCERRAMENTO</p> <p>Presidente da APA o desafio de formalizar um protocolo entre as duas entidades para reforçar o diálogo e a procura de soluções conjuntas.</p> <p>Seguiu-se uma troca de perspetivas centrada na falta de previsibilidade dos processos, na necessidade de respostas regionais adaptadas e na urgência de articular licenciamento, enquadramento ambiental e gestão territorial de forma eficaz e coordenada. O painel decorreu num ambiente técnico e participativo e a conversa permitiu clarificar várias questões relacionadas com o regime de licenciamento, os obstáculos enfrentados pelas explorações e os desafios inerentes à gestão dos recursos hídricos.</p> <p>Sessão de encerramento: a voz do sector e a visão estratégica para o futuro</p> <p>A sessão de encerramento reuniu perspetivas complementares das entidades presentes, com destaque para a intervenção do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão que abordou o tema com frontalidade e defendeu que, para</p>	<p>com a gestão da água”. Acrescentou que a agricultura é também turismo, é educação, é juventude, e lamentou que muitos manuais escolares transmitam uma imagem distorcida da atividade agrícola, o que afasta as novas gerações.</p> <p>Neste ponto, reforçou um alerta que considera grave: “A média de idades dos agricultores é de 64 anos. Daqui a dez anos, quantos estarão ainda a produzir?”. Para Idalino Leão, a renovação geracional exige condições reais: “Os jovens não vêm só por romance — esta tem de ser uma atividade rentável. Sem rendimento não há futuro, e sem garantir rendimento não conseguimos atrair nem fixar jovens agricultores”.</p> <p>Defendeu igualmente que o sector necessita de uma entidade reguladora ou, em alternativa, de uma PARCA efetivamente funcional e criticou a desigualdade competitiva decorrente das regras aplicadas aos agricultores europeus face aos produtos importados. Terminou com um apelo firme: “Se o que fazemos é alimentação, se o que</p>	<p>dar previsibilidade a quem investe e garantir que a administração pública responde de forma célere. Reforçou também a importância económica e territorial da agricultura, sublinhando que o Governo pretende “estar de mãos dadas com o sector” para enfrentar os desafios climáticos, económicos e produtivos.</p> <p>Conclusão: uma agenda para o futuro</p> <p>O colóquio “O Desafio da Água e o seu Licenciamento” demonstrou que existe, entre os diferentes atores do sector, uma crescente consciência de que os desafios da água e da burocracia não se resolvem isoladamente e que só um trabalho conjunto poderá garantir um futuro mais sustentável, competitivo e atrativo para o sector agropecuário. A agricultura portuguesa precisa de previsibilidade, decisão, cooperação e visão estratégica. A CONFAGRI, com esta ação, reforçou o seu papel como agente ativo na defesa do sector e na dinamização de espaços de diálogo capazes de transformar preocupações em ação. ●</p>

CONGRESSO INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO REAFIRMA O PAPEL ESTRATÉGICO DAS COOPERATIVAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE PORTUGAL

CONFAGRI, CRÉDITO AGRÍCOLA E FENACAM REUNIRAM EM LISBOA DIRIGENTES, DECISORES POLÍTICOS E ESPECIALISTAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NUM DEBATE SOBRE O FUTURO DO MODELO COOPERATIVO.



TEXTO

PAULO MARQUES

 CONFAGRI

1. ASSISTÊNCIA DO CONGRESSO INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO

Nos dias 30 e 31 de outubro, o Centro de Congressos de Lisboa acolheu o Congresso Internacional do Cooperativismo – Sector Agrícola e Banca Cooperativa, uma iniciativa promovida pela CONFAGRI, Crédito Agrícola e FENACAM, que reuniu dirigentes, economistas, académicos e representantes políticos nacionais e internacionais para debater o papel das cooperativas na economia contemporânea e o seu contributo para a coesão territorial e social do país. Sob o lema “A Cooperar Crescemos Juntos”, o evento assinalou o Ano Internacional das Cooperativas, proclamado pelas Nações Unidas para 2025, e constituiu-se como um espaço de reflexão e projeção estratégica do sector cooperativo.

Ao longo de dois dias, sucederam-se intervenções e debates que abordaram a importância do cooperativismo agrícola para o crescimento do sector agroalimentar, o papel da banca cooperativa na economia global, a relevância social e territorial das cooperativas e os desafios de modernização e digitalização do sector. Entre os oradores estiveram o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, o Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, o Presidente do Grupo Crédito Agrícola, Sérgio Raposo Frade, o Presidente do Conselho Superior da Caixa Central de Crédito Agrícola, Licínio Pina, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, o Diretor-Geral do GPP, Eduardo Diniz, o Presidente da FENACAM, Jorge Volante, a Secretária-Geral da COPA-CO-GECA, Elli Tsiforou, o Secretário de Estado adjunto do Orçamento, José Brandão de Brito, o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Silvério Regalado, a Ex-Comissária Europeia para a Coesão, Elisa Ferreira, entre outros oradores e convidados de relevo.

UM CONGRESSO COM SENTIDO ESTRATÉGICO

A sessão de abertura foi marcada pelas intervenções do Presidente do Conselho Superior da Caixa Central de Crédito Agrícola, Licínio Pina, e do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, que evidenciaram a relevância económica e social do cooperativismo no contexto português.

Licínio Pina destacou o significado do Ano Internacional das Cooperativas e a importância de reforçar o reconhecimento público e institucional deste sector.

“Ser cooperante é fazer parte da mesma família”, afirmou, defendendo que o modelo cooperativo se distingue pela confiança, solidariedade e proximidade.

Licínio Pina destacou o papel das Caixas Agrícolas como motores de desenvolvimento local e regional, capazes de promover equilíbrio económico e densificação territorial, e lembrou que “não é o dinheiro que faz girar o mundo, mas o bem que se pode fazer com ele”.

Defendendo a necessidade de rever o regime jurídico do Crédito Agrícola, o dirigente alertou para os constrangimentos de um quadro regulatório desajustado e defendeu maior participação do sector nas decisões que o afetam. “As Caixas Agrícolas precisam de soltar as amarras



2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA, LICÍNIO PINA



3. INTERVENÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO, LUIS MONTENEGRO



4. INTERVENÇÃO DO DIRETOR-GERAL DO GPP, EDUARDO DINIZ

e querem participar nas decisões políticas que se tomarem sobre elas”, afirmou, garantindo que o Grupo Crédito Agrícola continuará a ser “uma voz inconformada na defesa das pessoas e dos territórios”, contribuindo para a densificação dos mesmos e redução das assimetrias regionais. O Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, refor-

çou essa visão estratégica, classificando o cooperativismo e o associativismo como “eixos fundamentais da coesão social e territorial do nosso país”, salientando que o Governo reconhece este sector como estratégico e determinante para a criação de riqueza, fixação de população e ordenamento do território.



5. PAINEL DE DEBATE COM A INTERVENÇÃO DE IDALINO LEÃO, PRESIDENTE DA CONFAGRI, E DE ELLI TSIFOROU, SECRETÁRIA-GERAL DA COPA-COGECA

da floresta e prevenir catástrofes ambientais. “O futuro constrói-se como o faz o agricultor: é preciso semear para colher”, concluiu, deixando uma mensagem de valorização e reconhecimento ao papel das Cooperativas Agrícolas e das Caixas de Crédito Agrícola como pilares do desenvolvimento nacional.

O VALOR ECONÓMICO E SOCIAL DO COOPERATIVISMO

A importância estrutural das cooperativas agrícolas foi amplamente analisada por Eduardo Diniz, Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), que, em representação do Ministro da Agricultura e Mar, apresentou uma visão abrangente sobre o valor constitucional, económico e social do cooperativismo.

O Chefe do Governo elogiou o contributo das cooperativas para a modernização da agricultura, bem como para a sustabilidade económica e social.

Referiu ainda que o Executivo está a trabalhar para simplificar procedimentos e reduzir a burocracia, tanto a nível nacional como europeu, garantindo um processo de simplificação mais efetivo, que permita ao agricultor dedicar-se à produção e não aos inúmeros papéis por vezes solicitados, eliminando barreiras excessivas que penalizam a competitividade agrícola e cooperativa. Luís Montenegro assegurou que a agricultura continuará a dispor dos apoios necessários no próximo quadro financeiro plurianual, reafirmando que o sector é estratégico para a autonomia alimentar e para a soberania nacional.

Com uma visão de longo prazo, o governante destacou dois projetos estruturantes: o Plano “Água que Une”, que visa uma gestão sustentável dos recursos hídricos a 25 anos, e o Plano Florestal 2025-2050, que pretende rentabilizar o potencial produtivo



6. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA, SÉRGIO FRADE



MARIA DO ROSÁRIO
PALMA RAMALHO

O Governo reconhece o sector cooperativo como estratégico e determinante para a criação de riqueza, fixação de população e ordenamento do território.

Ideia Transmitida na intervenção do Primeiro Ministro, Luís Montenegro

7. INTERVENÇÃO DA MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO

Eduardo Diniz recordou que o cooperativismo está “inscrito no ADN constitucional do país”, reconhecido pela Constituição como parte integrante da economia mista nacional. “As cooperativas realizam no plano económico o mesmo ideal que a democracia realiza no plano político — participação, responsabilidade e solidariedade”, afirmou.

Lembrou que as cooperativas agrícolas, a par das caixas de crédito agrícola são, há décadas, um pilar do sector agroalimentar português e um instrumento decisivo de coesão territorial e reforçou o peso das cooperativas agrícolas na economia, lembrando que estas, conjuntamente com as das pescas, representam um terço das cooperativas ativas em Portugal, e que no Top 100 das cooperativas portuguesas, 81 pertencem ao ramo agrícola e das pescas, gerando 2,2 mil milhões de euros e assegurando cerca de 5 mil postos de trabalho — 66% do volume de negócios total e 55% do emprego cooperativo nacional.

Ao longo da sua intervenção, destacou o papel das cooperativas como agentes de integração económica e social, promotoras de inovação e sustentabilidade, capazes de gerar valor económico e coesão territorial.

Neste contexto, Eduardo Diniz anunciou uma das medidas mais estruturantes apresentadas no Congresso: a criação de um Plano Nacional para as Cooperativas, elaborado pelo Ministério da Agricultura e Mar, em articulação com o Ministério da Economia e Coesão Territorial, o Ministério do Ambiente e Energia, as CCDR e o Banco Português de Fomento, estruturado em quatro eixos: capacitação e consolidação; modernização e ampliação; sustentabilidade energética; e acesso ao crédito; que visa reforçar escala, competitividade e sustentabilidade - mobilizando recursos do PT2030, Fundo Ambiental e Banco de Fomento.

Nas suas palavras, o objetivo é “reconhecer as cooperativas não apenas como agentes económicos, mas como parceiros estratégicos de desenvolvimento rural e territorial”.

IDALINO LEÃO E ELLI TSIFOROU: A FORÇA DA COOPERAÇÃO NO FUTURO EUROPEU

O debate que se seguiu, contou com a participação de Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, e de Elli Tsiforou, Secretária-Geral da COPA-COGECA, em que a dirigente europeia elogiou o envolvimento ativo da CONFAGRI em Bruxelas e afirmou que “as cooperativas são fundamentais para o futuro da economia europeia”, sublinhando o seu papel na coesão territorial e na resposta aos desafios demográficos das zonas rurais.

Por seu lado, Idalino Leão reforçou a necessidade de medidas específicas para as cooperativas agrícolas portuguesas, sublinhando o impacto dos custos energéticos na competitividade e a urgência de políticas equitativas face aos parceiros europeus, defendendo que o sector deve dispor de instrumentos de política próprios, capazes de promover escala, rentabilidade e rejuvenescimento da agricultura.

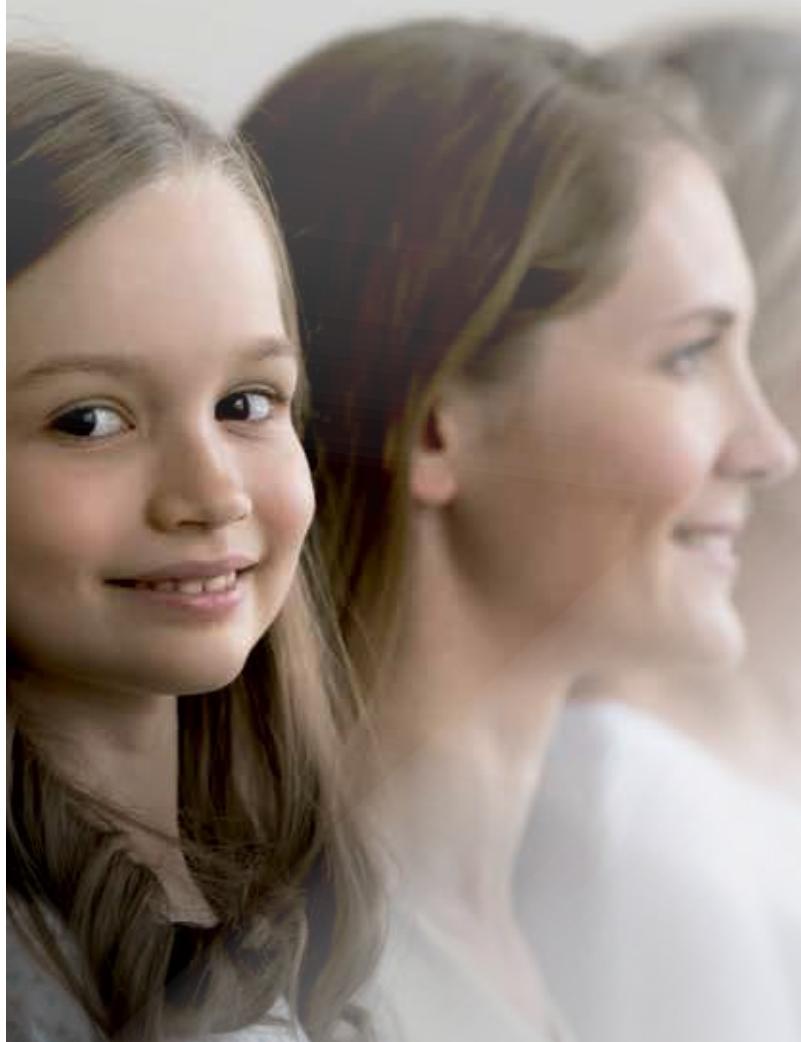
“A média de idades dos agricultores em Portugal é de 64 anos. Daqui a dez anos, quantos estaremos ainda a produzir?”, questionou, alertando para a urgência de políticas que tornem a atividade agrícola mais atrativa e rentável.

O PAPEL SOCIAL DO COOPERATIVISMO E A BANCA COOPERATIVA COMO INSTRUMENTO DE COESÃO

Na parte da tarde, a intervenção da Ministra do Trabalho,

Há 30 anos a crescer consigo

Obrigado por nos deixar fazer parte da sua vida.



CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS
COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.
Rua de Campolide, 372 - 39 D.º 1070-040 Lisboa
E-mail: geral@ca-seguros.pt • Capital Social: 18.000.000 €
Pessoa Coletiva nº 503 384 089 • Registo ASF 1122

f | App CA Seguros | WhatsApp 963 806 000

Para mais informações:
ca-seguros.pt | 213 806 000

Atendimento personalizado, das 08h30 às 17h30.





8. PAINEL DE DEBATE COM O INTERVENÇÃO DE JOÃO DUQUE, PRESIDENTE E PROFESSOR CATEDRÁTICO DO ISEG, BERNABÉ MARTÍNEZ, CHAIRMAN DO BCC-GRUPO CAJAMAR, E SÉRGIO FRADE, PRESIDENTE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA



9. PAINEL DE DEBATE COM A INTERVENÇÃO DE EDUARDO BAAMONDE, PRESIDENTE DA CAJAMAR CAJA RURAL, LICÍNIO PINA, PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA, E ÁLVARO BELEZA, PRESIDENTE DO CONSELHO COORDENADOR DA SEDES

O Crédito Agrícola é a prova de que o modelo cooperativo pode aliar a solidez financeira com a proximidade humana, desempenhando um papel determinante na vitalidade económica das regiões.

Presidente do Grupo Crédito Agrícola,
Sérgio Frade

Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, destacou o cooperativismo como modelo de sustentabilidade social, enraizado nos valores da responsabilidade e da solidariedade. Sublinhou que o modelo cooperativo "não é um nicho", mas um pilar da economia social, capaz de conjugar eficiência económica e missão social.

Referiu o papel da banca cooperativa na proteção financeira das famílias e instituições, e salientou a importância das cooperativas do sector social e solidário — mais de 5 mil entidades que empregam cerca de 300 mil trabalhadores — no apoio direto às comunidades.

A governante anunciou a aprovação iminente de uma Lei de Financiamento do

Sector, que reforçará a previsibilidade e a estabilidade das entidades da economia social, bem como o compromisso de valorização destas instituições como parceiras estratégicas do Estado.

O Presidente do Grupo Crédito Agrícola, Sérgio Frade, deu continuidade ao tema, afirmando que "o modelo cooperativo é, hoje, mais do que nunca, uma resposta moderna a desafios muito atuais".

Sublinhou que, num país profundamente desigual e com vastas zonas do território ameaçadas pela desertificação, o Crédito Agrícola é "a prova de que o modelo cooperativo pode aliar a solidez financeira com a proximidade humana, desempenhando um papel determinante na vitalidade económica das regiões".

Referiu que num tempo em que a concentração de serviços ameaça o interior do país, o Crédito Agrícola, a maior rede bancária nacional, continua "a investir onde muitos se retraem, porque acreditamos que apoiar a agricultura, as pequenas e médias empresas (PME) e as famílias é também apoiar a coesão nacional".

"O futuro do cooperativismo passa pela sustentabilidade e pela inovação, mas também por um compromisso com as pessoas e com os territórios. É essa a nossa missão e o legado que queremos fortalecer no Ano Internacional das Cooperativas", concluiu. Com mais de 90 milhões de associados e 227 milhões de clientes representados na Associação de Bancos Cooperativos na Europa, a banca cooperativa foi apresentada como um exemplo de sustentabilidade, inovação e compromisso com os territórios.



10. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO ORÇAMENTO, JOSÉ BRANDÃO DE BRITO

A uniformização regulatória europeia pode ameaçar o modelo tradicional da banca cooperativa, exigindo políticas diferenciadas que reconheçam as suas especificidades.

Ideia transmitida na intervenção do Presidente da FENACAM, Jorge Volante

ENCERRAMENTO: RECONHECIMENTO E COMPROMISSO

A sessão de encerramento foi marcada pela leitura da mensagem do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que reconheceu o contributo histórico das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola para a coesão territorial, económica e social do país.

Sublinhou que quanto maior o sucesso das cooperativas, maior o contributo para os seus associados e para o desenvolvimento

sustentável de Portugal.

O Chefe de Estado enalteceu o trabalho da CONFAGRI pelos seus 40 anos de atividade em prol do sector agroalimentar, incentivando a Confederação a "continuar a fazer mais e melhor pelos agricultores portugueses, pelas cooperativas e pelo futuro da nossa agricultura".

O encerramento coube ao Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, que sintetizou o espírito do Congresso, e sublinhou a necessidade de reforçar e fomentar o cooperati-

UM MOVIMENTO COM PASSADO SÓLIDO E FUTURO ESTRATÉGICO

O segundo dia do Congresso iniciou-se com a intervenção do Presidente da FENACAM, Jorge Volante, que recordou a importância histórica e constitucional do sector cooperativo, bem como o seu papel decisivo no desenvolvimento económico e na fixação de populações no interior do país.

Lembrou que a Constituição da República reconhece as cooperativas como parte integrante da economia nacional e alertou para os riscos de homogeneização regulatória por parte dos supervisores europeus, que poderá ameaçar o modelo cooperativo tradicional, e evocou a necessidade de políticas diferenciadas que reconheçam as especificidades e virtudes da banca cooperativa.

Seguiu-se a intervenção do antigo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, que centrou a sua intervenção na valorização política do sector agroalimentar, sublinhando que tarda o reconhecimento político ao papel das cooperativas destacando o contributo das cooperativas para o dinamismo do sector agroalimentar e para a coesão territorial.

Defendeu uma concertação mais alargada entre o Estado e o movimento cooperativo, e apontou a necessidade de reforçar a capacidade de gestão e financiamento das estruturas cooperativas, para que possam aproximar-se do peso que o sector tem na economia europeia.

9ª GERAÇÃO DE TESOURA

F3020

A TESOURA ELÉCTRICA PARA OS PROFISSIONAIS

20% + POTENTE 15% + COMPACTA 15% + RÁPIDA 12% + LEVE

Evoluções F3015/ F3020

Importador Exclusivo para Portugal

LISAGRI



11. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA FENACAM, JORGE VOLANTE

12. INTERVENÇÃO DO ANTIGO PRIMEIRO-MINISTRO, PEDRO PASSOS COELHO

A cooperar, crescemos juntos – só precisamos que nos deixem trabalhar.

Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI

vismo, como em tempos já teve uma secretaria de estado, apostar na capacitação das organizações e atrair jovens para o sector. Recordou o compromisso público do Governo com a criação de um pacote de medidas específicas para o sector cooperativo, com quatro eixos fundamentais: capacitação e consolidação; modernização e ampliação; sustentabilidade energética; e acesso ao crédito, sublinhando a importância de reconhecer o mundo invisível, mas real, das cooperativas agrícolas, que são, em muitos municípios, “a segunda entidade empregadora, logo a seguir às autarquias”. Defendeu ainda a transformação da PARCA numa verdadeira entidade reguladora agroalimentar, capaz de garantir maior transparéncia e equilíbrio na cadeia de valor e reiterou a urgência de políticas que promovam a rentabilidade, a transparéncia e a igualdade competitiva.

Encerrando com a mensagem que marcou o Congresso, afirmou:

“A Cooperar, crescemos juntos — só precisamos que nos deixem trabalhar.”

UM LEGADO PARA O FUTURO

Ao longo de dois dias o Congresso Internacional do Cooperativismo reafirmou o valor económico, social e humano das cooperativas agrícolas e da banca cooperativa



13. PAINEL DE DEBATE COM A INTERVENÇÃO DE ARMINDO MONTEIRO, PRESIDENTE DA CIP, ELISA FERREIRA, EX. COMISSÁRIA EUROPEIA PARA A COESÃO, E SILVERIO REGALADO, SEC. ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



14. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

no desenvolvimento do país.

Num momento de transição global, o movimento cooperativo português mostrou-se preparado para conciliar tradição e inovação, reforçando o seu papel como instrumento de democracia económica, solidariedade social e desenvolvimento sustentável, capaz de responder aos desafios da economia e

às exigências sociais e territoriais do país. As palavras de muitos oradores convergiram num ponto essencial: “a cooperar, crescemos juntos”.

Mais do que um lema, uma visão partilhada para o desenvolvimento equilibrado do País que nos permite afirmar, Connosco Cresce Portugal! ●

Entregue as embalagens vazias

de produtos fitofarmacêuticos, biocidas,
sementes, fertilizantes, rações e batata
de semente num ponto de retoma Valorfito.

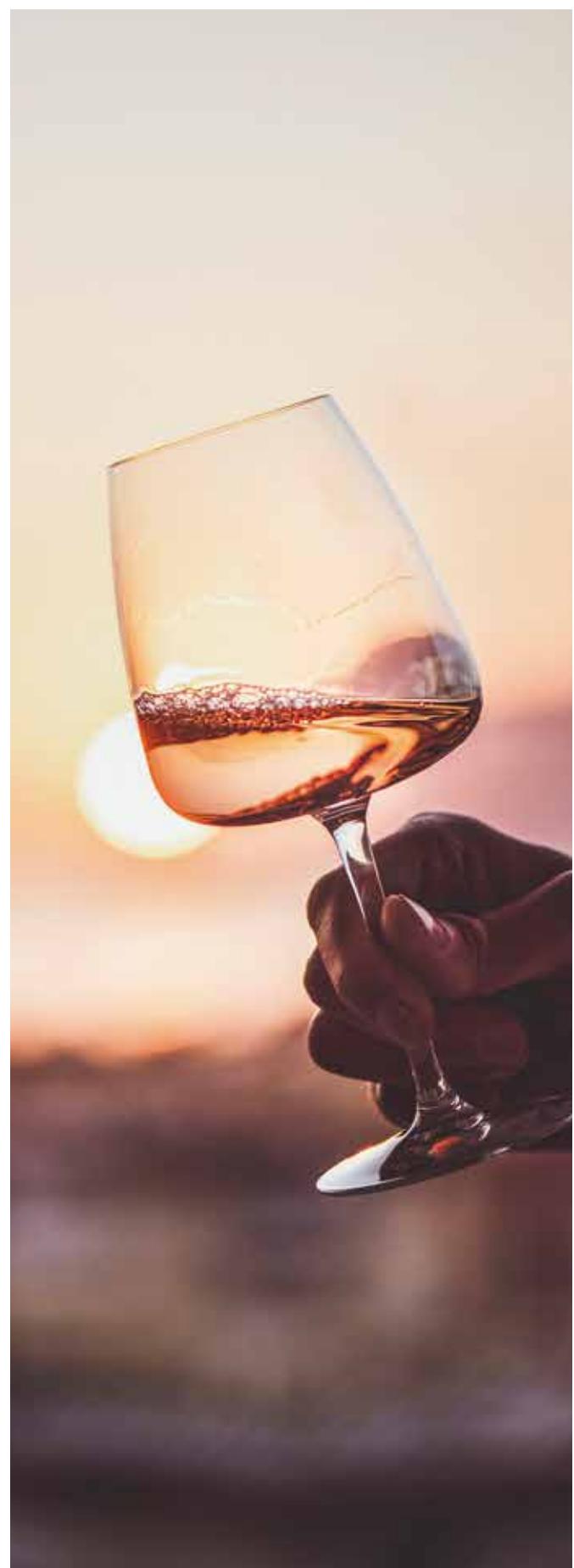
Faça como a Família Prudêncio®



Informe-se em www.valorfito.com
ou num Ponto de Retoma Valorfito.

SIGERU , Sistema Integrado de Gestão de Embalagens
e Resíduos em Agricultura, Lda.

R. General Ferreira Martins,nº 10 - 6º A . 1495-137 Algés
T. +351 214 107 209 // contacto.valorfito@sigeru.pt



O VINHO PORTUGUÊS É CULTURA, CIÊNCIA E MODERAÇÃO

TEXTO

ANTÓNIO MENDES

Presidente do Conselho
de Administração da FENADEGAS

Nos últimos anos, diversos organismos internacionais — nomeadamente a Organização Mundial da Saúde (OMS) — têm emitido alertas relativamente aos efeitos nocivos associados ao consumo abusivo de álcool, apelando simultaneamente a uma maior intervenção por parte dos Estados. A Comissão Europeia tem igualmente aprofundado este tema, apresentando propostas que preveem a inclusão de advertências de saúde na rotulagem do vinho, à semelhança do modelo aplicado ao tabaco. A recente decisão da Irlanda, que determina a obrigatoriedade de rotulagem em todas as bebidas alcoólicas com a menção de que o seu consumo é “nocivo para a saúde”, constitui um precedente que tem vindo a gerar especial apreensão no sector vitivinícola europeu.

AFENAEGAS reitera a sua **oposição firme e inequívoca** a estas abordagens e manifesta a sua profunda preocupação perante a difusão de mensagens que procuram estabelecer uma relação direta entre o consumo de vinho e o desenvolvimento de cancro, apresentando o vinho como principal responsável pelos efeitos nocivos do álcool. Tal narrativa representa uma **simplificação excessiva, desequilibrada e injusta**, ignorando a evidência científica, cultural e social que distingue o consumo **moderado e responsável** de vinho — elemento estruturante da dieta mediterrânea e reconhecido pela UNESCO como património cultural imaterial — dos padrões de consumo abusivo, que merecem total repreação e combate. Este tipo de comunicação compromete gravemente a reputação de um sector que sustenta milhares de produtores, trabalhadores e empresas, sendo simultaneamente determinante para a economia nacional, para a coesão territorial e para a imagem internacional de Portugal. A viticultura constitui, além de atividade económica estratégica, um pilar essencial para a preservação das paisagens, para a vitalidade das regiões rurais e para a sustentabilidade económica, social e ambiental do território.

A FENAEGAS reafirma o seu compromisso inequívoco com a **redução do consumo nocivo de álcool**, mas rejeita categoricamente qualquer tentativa de desvalorizar o consumo moderado de vinho, que representa uma prática cultural profundamente enraizada e integrada num estilo de vida equilibrado e saudável. O caminho eficaz e sustentável é o da **educação, informação, responsabilidade social e literacia alimentar**, e não o da estigmatização nem o da penalização indiscriminada de consumidores e produtores.

Enquanto membro do programa internacional **Wine in Moderation**, a FENAEGAS promove, de forma contínua e consistente, uma política de responsabilidade social que reforça a importância de escolhas informadas e conscientes, alinhadas com os princípios da dieta mediterrânea.

//////////

“O verdadeiro prazer do vinho está no equilíbrio.”
“Aprecie o momento. Com moderação.”
“Menos é mais: deguste com responsabilidade.”
“Brinde à vida. Com moderação.”

Contributo da FENAEGAS para a Consulta Pública da Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro 2021-2030

1 O sector vitivinícola nacional apoia de forma integral os objetivos da Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro 2021-2030 e reconhece a sua relevância para enfrentar um desafio de saúde pública de crescente dimensão.

2 O cancro é uma doença multifatorial, cujo risco não pode ser avaliado isoladamente, devendo ser enquadrado no contexto dos padrões culturais, alimentares e de estilo de vida da população.

3 A Organização Mundial da Saúde reconhece a **Dieta Mediterrânea como uma das mais saudáveis do mundo**, associada a menor mortalidade e maior longevidade. O consumo moderado de vinho, integrado nesta dieta e associado a práticas saudáveis como a atividade física regular, **não evidencia aumento do risco de cancro**.

4 A FENAEGAS rejeita inequivocamente qualquer equiparação entre o consumo de bebidas alcoólicas e o tabaco. Conforme reconhecido pela comunidade científica, o risco acrescido encontra-se associado ao **consumo nocivo** de álcool, não ao consumo moderado. No caso do tabaco, não existe qualquer nível de consumo seguro; por conseguinte, **é inapropriado e desproporcional aplicar às bebidas alcoólicas a regulamentação prevista para o tabaco**.

5 A tributação acrescida não constitui instrumento eficaz no combate ao consumo nocivo. Penaliza os consumidores moderados, não reduz o consumo abusivo e potencia mercados paralelos e produtos ilícitos, com riscos significativos para a saúde pública e para a economia.

6 A forma tradicional de produção, apresentação e consumo do vinho induz, por si só, comportamentos de moderação. A FENAEGAS defende a manutenção de práticas de **marketing responsável** e considera que a autorregulação é um mecanismo adequado e eficaz.

7 Não existem fundamentos para alterações à legislação atualmente em vigor relativa à publicidade e ao marketing de bebidas alcoólicas. A prioridade deve incidir na correta implementação, fiscalização e cumprimento da lei, rejeitando-se qualquer proposta de proibição generalizada.

8 O sector vitivinícola é um **pilar estratégico da economia nacional** e desempenha um papel determinante na manutenção das comunidades rurais, ao promover emprego, investimento, estabilidade e sustentabilidade. Paralelamente, o sector é um agente importante na promoção do consumo moderado e na prevenção do consumo nocivo.

9 As medidas previstas na Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro devem considerar de forma rigorosa o impacto socioeconómico das propostas, assegurando proporcionalidade e equilíbrio.

10 A FENAEGAS, enquanto aderente do Programa *Vinho com Moderação* desde 2010 e entidade representativa do sector, reafirma a sua disponibilidade para integrar os Grupos de Trabalho da Estratégia Nacional, no âmbito do Pilar da Prevenção, contribuindo ativamente para soluções que promovam saúde pública sem comprometer o património económico, cultural e social do sector.

CONCLUSÃO:

A FENAEGAS reafirma, de forma clara e inequívoca, que o vinho deve ser apreciado com responsabilidade, conhecimento e equilíbrio. O sector vitivinícola português continuará a promover a moderação, a valorização da cultura do vinho e a defesa de políticas públicas baseadas em evidência científica, proporcionalidade e respeito pelo património económico e cultural do país. O consumo moderado é parte de um estilo de vida saudável; o consumo excessivo é inaceitável e deve ser combatido. É nesta distinção essencial — e na educação para escolhas informadas — que reside o verdadeiro caminho para proteger a saúde pública, salvaguardar o sector e honrar a tradição milenar.



TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

1. SEDE DA CCAM DO VALE DO DÃO E ALTO VOUGA

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO VALE DO DÃO E ALTO VOUGA

Com 46 anos de história, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Dão e Alto Vouga afirma-se hoje como uma instituição sólida, enraizada no território e reconhecida pela proximidade às comunidades que serve. Desde a sua fundação em 1979,

o percurso da Caixa tem sido marcado por crescimento sustentado, expansão territorial, modernização das suas infraestruturas e um compromisso permanente com o desenvolvimento económico e social da região.

A sua área social abrange os concelhos de Mangularde, Penalva do Castelo, Sátão e Vila Nova de Paiva, territórios onde a agricultura continua a desempenhar um papel estruturante. Trata-se de uma região tradicionalmente agrícola, com explorações de pequena dimensão e uma grande diversidade produtiva, que combina culturas tradicionais com novas dinâmicas que têm vindo a ganhar expressão. Apesar dos desafios estruturais como a desertificação, o envelhecimento populacional e a falta de mão-de-obra que afetam o interior do país, o sector mantém vitalidade e continua a ser um dos pilares da economia local.

A instituição apresenta atualmente indicadores de grande robustez: um ativo líquido ajustado de 375 milhões de euros, 270 milhões de euros em depósitos, 83,5 milhões em crédito concedido — dos quais cerca de 19% dirigidos ao sector agrícola —, um rácio de solvabilidade de 42,3% e um universo de 7.480 associados. Estes resultados refletem uma gestão

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Dão e Alto Vouga

[CONTACTOS]

Morada: Av. da Liberdade 62 – 64, 3530-113 Mangularde

Telefone: +351 232 623 604

Email: mangularde@creditoagricola.pt

prudente, uma forte ligação ao território e a capacidade de adaptação a um sector bancário em constante transformação. Hoje, a CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga destaca-se como um parceiro ativo na dinamização das comunidades, apoiando famílias, empresas, instituições locais, autarquias e produtores agrícolas. Com uma equipa experiente, quatro agências e uma oferta de serviços cada vez mais modernizada, continua a afirmar o seu modelo cooperativo: um banco nacional com pronúncia local, orientado para a proximidade, a confiança, a solidariedade e a missão de criar valor nos territórios onde atua.



2. VÍCTOR GOMES, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga

A CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga tem desempenhado um papel determinante na dinamização económica e social da região. Que balanço faz do percurso da instituição e da sua importância para o desenvolvimento local?

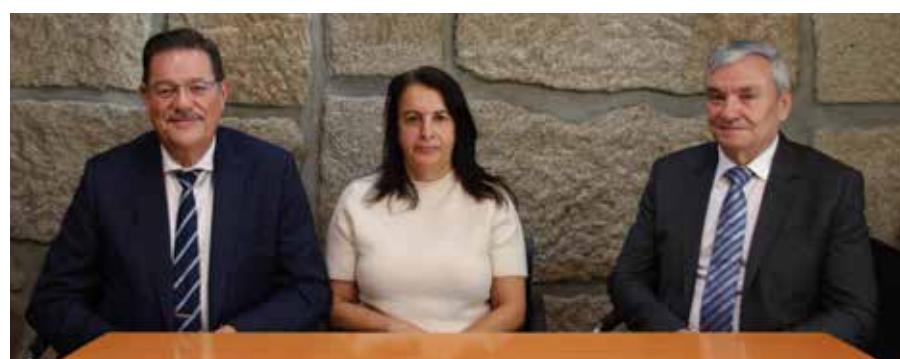
Ao longo de 46 anos, a CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga afirmou-se como um dos principais motores do desenvolvimento económico e social do território. Os primeiros tempos não foram simples pois enfrentávamos grande concorrência e alguma desconfiança inicial em relação ao modelo cooperativo. Mas, com trabalho, proximidade e rigor, fomos construindo uma imagem de credibilidade e segurança,

reconhecida hoje por toda a comunidade. A evolução institucional — desde as antigas estruturas de supervisão até ao surgimento da FENACAM e da Caixa Central — deu-nos maior autonomia e capacidade de crescimento. A postura comercial das diferentes Direções e Administrações, o empenho dos colaboradores e a confiança dos associados e clientes permitiram-nos consolidar uma presença forte e contínua na região.

Somos, hoje, uma instituição enraizada nas comunidades locais, próxima das pessoas e das entidades que integram a vida económica e social dos quatro concelhos que servimos. O nosso percurso mostra que o desenvolvimento da Caixa e o desenvolvimento da região caminham lado a lado: onde a Caixa cresce, cresce também a economia local. A CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga é, hoje, uma instituição de referência, sólida, confiável e indispensável ao equilíbrio económico e social da região que serve.

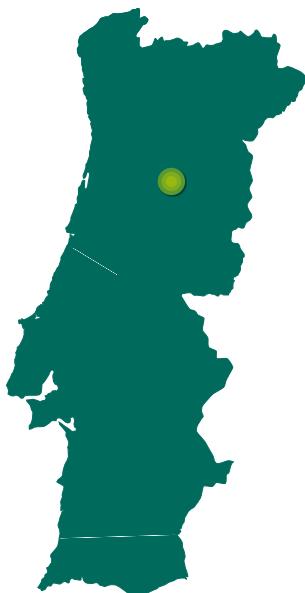
No recente Congresso Internacional do Cooperativismo, em que também participou, foi transmitido que ser cooperativa é ser parte de uma família, é pensar nas pessoas e nos territórios, para além dos resultados económicos. Enquanto Banca Cooperativa de que modo esta visão traduz aquilo que a CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga procura ser para a sua região?

O Congresso Internacional do Cooperativismo foi um momento extremamente relevante para todo o movimento cooperativo, e quero desde já felicitar a CONFAGRI, o Crédito Agrícola e a FENACAM pela excelente organização. Foi um evento muito bem-sucedido, que deu visibilidade ao sector e ao papel que o mesmo desempenha.



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: VÍCTOR GOMES; CARLA MAIA; JOÃO COELHO

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CCAM DO VALE DO DÃO E ALTO VOUGA

A proximidade e o espírito cooperativo são, desde sempre, a nossa maior força e aquilo que melhor nos distingue da restante banca. Temos conseguido afirmar-nos porque estamos verdadeiramente presentes no território e ao lado das pessoas.

Em muitas freguesias onde não existe qualquer outra instituição bancária, garantimos o único ponto de contacto através das nossas ATM, instaladas em parceria com as juntas de freguesia. Este papel social é fundamental, especialmente em territórios mais isolados. Ser cooperativa significa assegurar solidez financeira, mas também contribuir para o desenvolvimento local. Trabalhamos lado a lado com IPSS, autarquias, cooperativas locais, agrupamentos de escolas e entidades económicas, ajudando a dinamizar atividades, apoiar populações e contribuir para a fixação das pessoas na região. É esta conjugação entre sustentabilidade económica e responsabilidade social que caracteriza o nosso modelo e justifica a confiança que a comunidade deposita em nós.

A inovação tecnológica tem transformado profundamente o sector bancário. Como tem a vossa CCAM equilibrado a digitalização de serviços com a manutenção de um atendimento próximo e personalizado?

A nossa estratégia tem sido evoluir tecnologicamente sem perder a essência da banca cooperativa: a proximidade. Temos investido de forma contínua na modernização dos nossos serviços — desde a banca online e mobile, aos cartões com tecnologia avançada, ao Apple Pay, ao Moey e a outras soluções digitais que respondem às expectativas das gerações mais jovens. Este esforço tem sido feito com rigor e segurança, garantindo que os nossos clientes dispõem de tecnologias fiáveis e adaptadas às suas necessidades. Ao mesmo tempo, mantemos um forte compromisso com o atendimento presencial. Na nossa região temos uma faixa etária significativa da população que prefere — e precisa — soluções tradicionais, como a caderneta, que continua a ser o seu “online”. Para estas pessoas, a presença humana e o acompanhamento direto são fundamentais, e fazemos questão de preservar essa relação.

Outro fator diferenciador é o facto de os nossos colaboradores serem, na sua maioria, oriundos da própria região. Conhecem bem as famílias, as empresas e as dinâmicas locais, o que reforça a confiança e fidelização dos clientes — incluindo aqueles que hoje vivem fora (emigrantes), mas mantêm aqui as suas contas e até os seus créditos à habitação. Este equilíbrio entre digitalização e proximidade tem sido reconhecido pelos nossos clientes e associados mesmo em períodos de instabilidade, como a pandemia. A CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga continuou a ver crescer os depósitos, muito acima da evolução do crédito. Isso demonstra confiança e mostra que é possível modernizar sem abandonar o que nos distingue.

O apoio ao sector agroalimentar é uma marca identitária das Caixas Agrícolas. Como avalia o estado atual da agricultura na vossa região e quais são os principais desafios e oportunidades para os agricultores locais?

A nossa região caracteriza-se por uma agricultura marcada pelo minifúndio, mas com sectores bastante dinâmicos e com grande peso económico. Destaco, desde



3. COLABORADORES E ADMINISTRAÇÃO DA CCAM DO VALE DO DÃO E ALTO VOUGA

logo, duas áreas que têm ganho expressão nos últimos anos: a produção de mirtilo e framboesa e a viticultura, sobretudo nos concelhos de Mangualde e Penalva do Castelo, onde se produzem vinhos de elevada qualidade e com crescente valorização no mercado.

Temos ainda atividades tradicionalmente importantes, como a fruticultura — onde a maçã Bravo de Esmolfe continua a ser um produto distintivo —, a produção de frango de carne em alguns concelhos, a olivicultura, a floresta e a apicultura, todas elas com impacto relevante na economia local.

Apesar da diversidade e vitalidade produtiva, há desafios significativos. A falta de mão-de-obra especializada, o envelhecimento dos agricultores, a pressão das alterações climáticas e a desertificação de algumas zonas são dificuldades que se fazem sentir diariamente. Ao mesmo tempo, estas fragilidades também podem ser oportunidades: há espaço para novas culturas adaptadas ao clima, para maior

investimento em tecnologia e para a entrada de jovens agricultores, desde que existam condições e incentivos adequados. É essencial promover políticas de estímulo, inovação e renovação geracional para garantir a vitalidade do sector.

A vossa Caixa mantém uma relação próxima com algumas organizações do sector agroalimentar da região, incluindo por exemplo, a Adega Cooperativa de Mangualde e a COAPE. Que importância atribui a estas parcerias e que impacto têm na dinamização económica e social do território?

As parcerias com entidades do sector agroalimentar — como a Adega Cooperativa de Mangualde, a COAPE e outras — são fundamentais para dinamizar a economia local. Temos protocolos que permitem, por exemplo, antecipar rendimentos aos seus associados, ajudando-os a fazer face às despesas das campanhas agrícolas. Realizamos pequenos créditos que muitas vezes não interessam à banca tradicio-

nal, mas que são essenciais para estes produtores. Prestamos apoio também através de seguros de colheitas e outras soluções adaptadas às suas culturas. Estas cooperativas foram, desde a primeira hora, parceiras essenciais do nosso crescimento e continuam a ser pilares fundamentais do sector primário na região. A relação de confiança e reciprocidade que construímos ao longo de décadas tem sido determinante para o desenvolvimento económico e social do território.

O atual quadro de políticas públicas e instrumentos de apoio nacionais e comunitários responde adequadamente às necessidades do sector agrícola e do desenvolvimento rural? Que medidas considera essenciais para potenciar tanto o sector agroalimentar como a atividade da Caixa na região?

A CCAM tem participado ativamente no desenvolvimento regional, nomeadamente através da ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão, da qual somos fundadores e membros dos órgãos sociais. Temos contribuído para a elaboração, análise e aprovação de candidaturas a fundos comunitários, bem como para a abertura de concursos. Contudo, persistem vários problemas estruturais: pouca atratividade para jovens agricultores, prejuízos recorrentes devido aos incêndios, fragilidade da apicultura, escassez de apoios e burocracia excessiva. Muitos abandonam candidaturas devido à complexidade dos processos, mesmo quando os apoios financeiros seriam importantes.

É urgente promover uma agricultura mais adaptada às alterações climáticas, incentivar novas culturas, apoiar tecnicamente os agricultores e reforçar parcerias com instituições de ensino e investigação. Também os seguros agrícolas precisam de ser totalmente adaptados ao novo contexto climático.

Tendo em conta o papel decisivo que tanto as Cooperativas Agrícolas como as Caixas de Crédito Agrícola desempenham em termos económicos e sociais a nível nacional considera que as políticas públicas reconhecem devidamente este papel?

Sem Cooperativas Agrícolas e sem as Caixas de Crédito Agrícola, grande parte do apoio técnico, financeiro e social simplesmente não chegaria às populações

do interior. Estas instituições têm sido decisivas para manter o desenvolvimento económico e social e promover a coesão territorial. Esse papel é amplamente reconhecido pelas comunidades, mas continua a ser subvalorizado ao nível das políticas públicas.

No caso concreto do Crédito Agrícola, destaco, por exemplo, o regime jurídico que nos regulamenta e que está claramente desatualizado e limita a capacidade de resposta das Caixas Agrícolas. Trabalhamos ainda com uma legislação de 1991 — e, apesar disso, alcançámos níveis de solidez, proximidade e credibilidade que, muitas vezes, superam outras instituições bancárias, incluindo em períodos de forte instabilidade financeira. Isto demonstra bem a resiliência do modelo cooperativo e a importância que ele tem para o país. A FENACAM e a Caixa Central têm insistido na necessidade de rever o enquadramento regulamentar, e veremos se o mesmo irá acontecer. Uma revisão séria deste regime não seria apenas um apoio ao Crédito Agrícola; seria, acima de tudo, um reconhecimento do papel económico e social que o sistema cooperativo — nas suas várias dimensões — desempenha no território.

As cooperativas agrícolas e as Caixas Agrícolas têm provas dadas. Está mais do que na altura de lhes dar as condições necessárias para continuarem a fazer o que sempre fizeram: apoiar as pessoas, dinamizar a economia local e contribuir para a coesão territorial do país.

Ao nível interno, que estratégias tem a CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga implementado para garantir a sustentabilidade, o crescimento e a solidez financeira num ambiente bancário cada vez mais competitivo?

A nossa prioridade é crescer de forma sustentável, mantendo a solidez financeira e continuando a merecer a confiança dos nossos associados e clientes. A autonomia de decisão é um fator crítico, pois conhecemos profundamente o tecido económico local e conseguimos responder rapidamente às necessidades da região. Enquanto grupo financeiro cooperativo nacional, praticamos uma banca de proximidade, com soluções integradas de crédito e seguros, que permitem, muitas vezes, resolver sinistros de forma mais rápida e eficaz, reforçando a satisfação dos clientes.

Queremos continuar a fortalecer a instituição, apoiar o desenvolvimento das comunidades locais e garantir resultados consistentes, ano após ano, através de uma gestão prudente, responsável e próxima do território.

É isto que procuramos ser todos os dias: um banco nacional com pronúncia local, um parceiro que conhece o território, está onde faz falta e responde às necessidades da região.

Como caracteriza o papel da CONFAGRI na defesa do sector cooperativo e do mundo rural?

A CONFAGRI desempenha um papel central na defesa do sector cooperativo e do mundo rural. A sua representação junto das instituições nacionais e europeias é essencial para dar voz às cooperativas e aos agricultores, defendendo políticas que respondam às suas necessidades. Além disso, o apoio técnico que presta às cooperativas e associados é fundamental para permitir que estas organizações se modernizem, se tornem mais competitivas e continuem a desempenhar um papel determinante no desenvolvimento dos territórios rurais. É importante que a CONFAGRI continue a reforçar esta intervenção, tanto no plano nacional como no europeu.

Para terminar, que mensagem gostaria de deixar aos associados, clientes e à comunidade local que confia diariamente na CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga?

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos os associados, clientes e parceiros que, ao longo destes 46 anos, confiaram na CCAM do Vale do Dão e Alto Vouga. A confiança que nos têm depositado é a base do nosso trabalho e da nossa responsabilidade diária.

Quero também deixar um reconhecimento muito especial à nossa equipa de colaboradores, que tem mostrado uma enorme capacidade de adaptação, profissionalismo e dedicação. O seu trabalho — tanto na área comercial como no back-office — é determinante para a solidez, a reputação e o crescimento da instituição.

Continuaremos empenhados em apoiar a economia local, contribuir para a criação de riqueza e postos de trabalho e estar ao lado das nossas comunidades, cultivando uma relação assente na proximidade, na confiança e no compromisso com o desenvolvimento local e regional. ●



PREPARAR PORTUGAL PARA O CLIMA DO FUTURO: A ENAAC 2030 E O PAPEL DO SECTOR COOPERATIVO AGRÍCOLA

TEXTO

CÁTIA ROSAS

CONFAGRI

Portugal, pelas suas características geográficas, é um dos países europeus mais vulneráveis às alterações climáticas (AC), destacando-se secas, ondas de calor, inundações e cheias. A situação de emergência climática reconhecida no País pela Lei de Bases do Clima (LBC – Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) exige respostas tanto de mitigação como de adaptação.

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2030 (ENAAC 2030), que esteve em consulta pública até 30 de novembro, constitui o terceiro ciclo da política nacional de adaptação. Visa reforçar a capacidade do País na gestão de riscos climáticos, alinhada com o Acordo de Paris, orientações da União Europeia e

LBC, clarificando a articulação entre os principais instrumentos de planeamento (Figura 1) e acelerando a adaptação com maior coordenação entre administração pública, sector privado e sociedade civil, incluindo grupos vulneráveis. A ENAAC 2030 vigorará até 2030, acompanhando o horizonte do Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

Riscos climáticos e Recomendações para Portugal

Como abordado em Rosas, C (2024), os riscos climáticos mais significativos para a Europa, incluindo Portugal¹, justificam ação coordenada, refletida em diversos instrumentos estratégicos, como a Bússola da Competitividade e a Estratégia para uma União da Preparação.

NOVOS TRACTORES COMPACTOS

IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES

Em 2023, a Comissão Europeia avaliou o progresso dos Estados-Membros, concluindo que os esforços continuam insuficientes. Para Portugal recomendou maior envolvimento das partes interessadas, sobretudo grupos vulneráveis, melhor documentação dos processos de consultas e mecanismos de revisão regular das políticas subnacionais.

Em 2024, concluiu-se a avaliação da vulnerabilidade nacional, no âmbito do Roteiro Nacional de Adaptação 2100 (RNA 2100). Os resultados apontam para agravamento da intensidade e severidade de secas e do stress hídrico em quase todas as bacias hidrográficas de Portugal Continental até ao final do século, como referido em Rosas, C (2025).

O RNA 2100 avaliou riscos e vulnerabilidades para sectores-chave como:

- **Agricultura:** perdas de produtividade em culturas como milho, vinha e tomate; maior necessidade de rega; alteração da aptidão dos solos; maior impacto de eventos extremos e aceleração da degradação dos solos.
- **Recursos hídricos:** diminuição da disponibilidade no sul; maior frequência e intensidade de secas; comprometimento de usos domésticos, agrícolas e industriais; menor recarga de aquíferos e perda de qualidade da água.
- **Biodiversidade:** alterações na distribuição de espécies; ecossistemas mais vulneráveis; aumento da frequência e intensidade de incêndios, sobretudo no nordeste e no verão.
- **Florestas:** menor produtividade de pinheiro-bravo e eucalipto; redução da área potencial de sobreiro e azinheira; maior exposição a incêndios, tempestades e pragas; impactos nos serviços de ecossistema.
- **Economia e indústria:** efeitos nos trabalhadores, cadeias de abastecimento e produção; escassez de matérias-primas; aumento de custos; interrupções com efeitos em toda a cadeia de valor.
- **Finanças:** riscos macroeconómicos e orçamentais associados a perdas e danos das AC, com impacto nas finanças públicas.

Objetivos Estratégicos da ENAAC 2030

A ENAAC 2030 estabelece 4 objetivos estratégicos, respetivas 10 linhas de atuação e 21 ações, para os diferentes sectores e níveis de governação (Figura 2).

Entre as ações das linhas de atuação, destacam-se:

- **B1.1. – Plataforma de Riscos Climáticos:** sistematização e disponibilização de dados climáticos e mapeamento de fatores de risco para apoiar a avaliação, definição de medidas e monitorização. A integração de inteligência artificial pode agilizar a identificação de vulnerabilidades. Será essencial auscultar utilizadores para adequar funcionalidades. O Portal do Clima (<http://rna2100.portaloclima.pt/>) deverá articular-se com esta plataforma.
- **B2.1. e B2.2. – Sistematização e monitorização da informação:** construção de cadeias de impacte que relacionem fatores climáticos e não climáticos; reforço de indicadores para avaliar adaptação; parcerias com sector segurador e entidades territoriais para recolha rigorosa de dados de perdas e danos, indispensável para priorizar medidas e apoiar decisões.



LOVOL
Tractores
compactos,
Fláveis e
Robustos de
25 a 115 CV

LOVOL

PREET AVENGER

Trator compacto,
Ergonómico
e Elegante
de 20 e 26 CV



LOVOL
Mini
escavadora
FR26

LOVOL

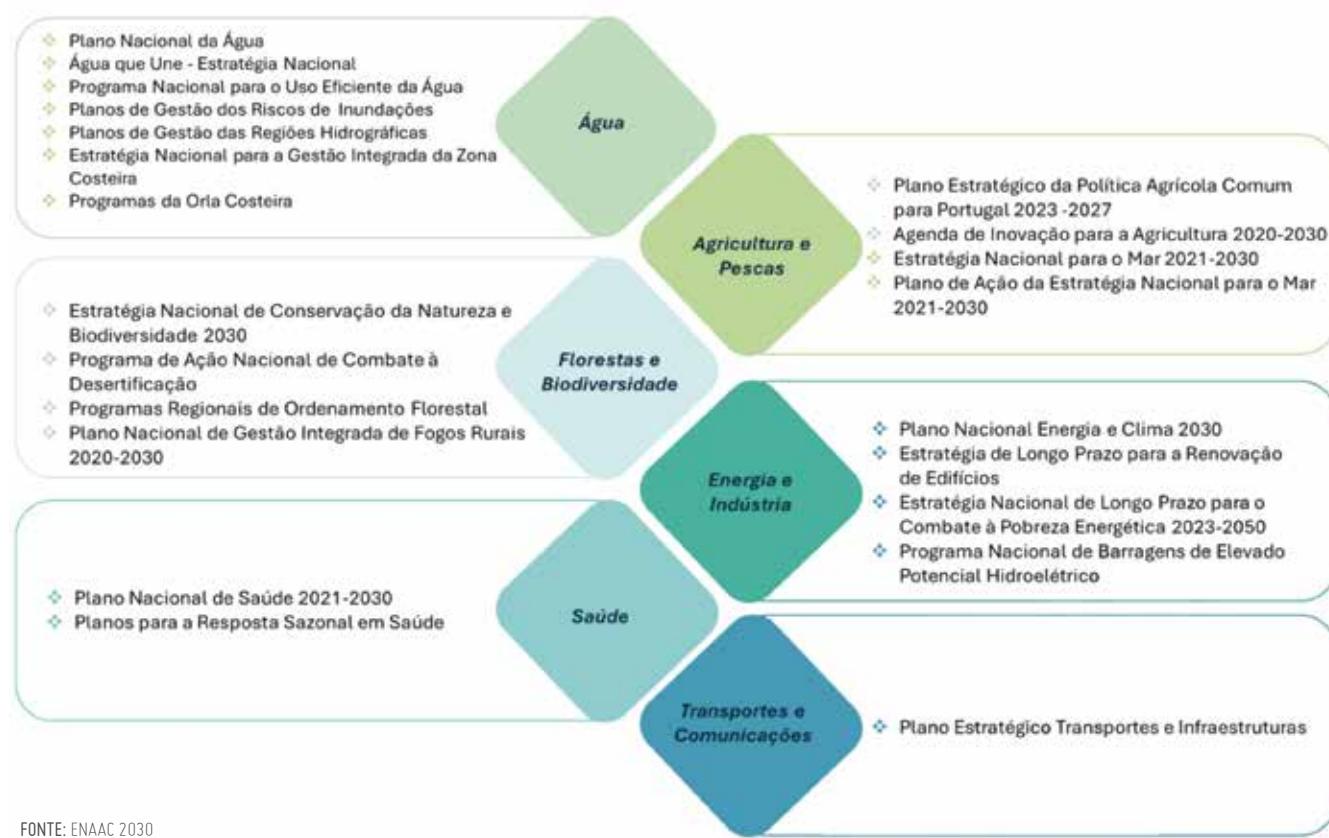


 **Auto
Industrial**
Divisão Agrícola

 **Tractorlusso**
Grupo Auto-Industrial

<p>C1 – Integração do risco climático no planeamento: incentivar a incorporação dos riscos e medidas de adaptação nos instrumentos de planeamento sectorial e territorial. A identificação de áreas mais expostas a inundações, secas, ondas de calor ou incêndios permitirá definir medidas</p>	<p>específicas. A futura Plataforma de Riscos Climáticos será central neste processo.</p>	<p>dedicados à adaptação, além de linhas sectoriais e regionais.</p>
<p>A LBC introduziu novos elementos na governação da adaptação climática, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➊ criação de um portal de ação climática; ➋ desenvolvimento de planos de ação climática regionais e municipais; ➌ desenvolvimento de planos sectoriais de adaptação para sectores considerados prioritários, como a Agricultura e Florestas, Energia e Indústria. ➍ promoção da segurança climática e defesa nacional; ➎ processos adicionais de monitorização e reporte; ➏ integração dos riscos climáticos na tomada de decisões das instituições e agentes públicos e privados. 	<p>D2.1 e D2.2 – Financiamento sustentável e seguros: promover princípios de financiamento sustentável e a integração do risco climático nos processos de decisão e reporte; reforçar cobertura de seguros de pessoas e bens expostos.</p> <p>Governança ENAAC 2030</p> <p>Além do GCENAAC, existirão Grupos de Trabalho informais, para a implementação das linhas de atuação, aprofundando temas, promovendo colaboração técnica, desenvolvendo propostas práticas, monitorizando ações e partilhando boas práticas.</p> <p>A monitorização da Estratégia será feita por relatório anual à Assembleia da República. As políticas e mecanismos de financiamento desempenham um papel importante no apoio aos objetivos de resiliência justa, podendo ser direcionados para as necessidades de grupos vulneráveis e medidas de resiliência justa. Em Portugal, existem programas europeus e nacionais</p>	<p>O Modelo de governança da ENAAC 2030 previsto encontra-se na Figura 3. Neste, importa garantir a representação do sector cooperativo agrário ao nível do GCENAAC (Grupo de Coordenação da ENAAC 2030).</p> <p>COP2030</p> <p>Enquanto se escreve este artigo, decorre a COP30, em Belém, no coração da Amazónia — destacando a relação vital entre floresta e agricultura nas políticas climáticas globais. Nesta conferência, a FAO lançou um relatório que reforça como as florestas sustentam os sistemas agrícolas, moderando temperatura e regulando o ciclo da água. Além disso, foi anunciado o programa RAIZ, para restaurar terras agrícolas degradadas, e a Iniciativa Global de Florestas Produtivas (GPFI), que promove sistemas agroflorestais produtivos como solução de desenvolvimento e resiliência. Estes avanços reforçam a urgência de integrar nas estratégias nacionais — como a</p>

FIGURA 1 Listagem não exaustiva de estratégias e planos sectoriais e temáticos relevantes para a ENAAC 2030



FONTE: ENAAC 2030



IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

O IFAP DESEJA BOAS FESTAS E UM EXCELENTE 2026

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIO (IB)

- Novas funcionalidades que reforçam a segurança e a comunicação com os utilizadores:
 - > **Assinatura Digital** — autenticação através de utilizador e palavra-passe no Portal do IFAP
 - > **Validação de Email** — garantia de contactos corretos e comunicação segura
- **Verifique se os seus dados de contacto** - morada, *email* e número de telemóvel - **estão atualizados**. Assegure que recebe notificações, alertas e avisos relacionados com a sua exploração

**Cultivamos o desenvolvimento,
apoiamos o futuro!**

Além da dimensão nacional da ENAAC 2030, surgem iniciativas regionais que reforçam a operacionalidade da adaptação climática. Um exemplo é o Laboratório de Adaptação Climática da Área Metropolitana de Lisboa, lançado pela AML e pela FCSH UNL no âmbito do projeto europeu SMARTER, que pretende envolver municípios, academia, organizações agrícolas e entidades públicas para a co-construção de soluções baseadas na natureza e metodologias de resiliência territorial. Outro é o Ressurexion, que visa desenvolver uma estratégia de resiliência multinível, para áreas urbanas e bacias hidrográficas, coordenado pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, para responder a condições climáticas extremas.

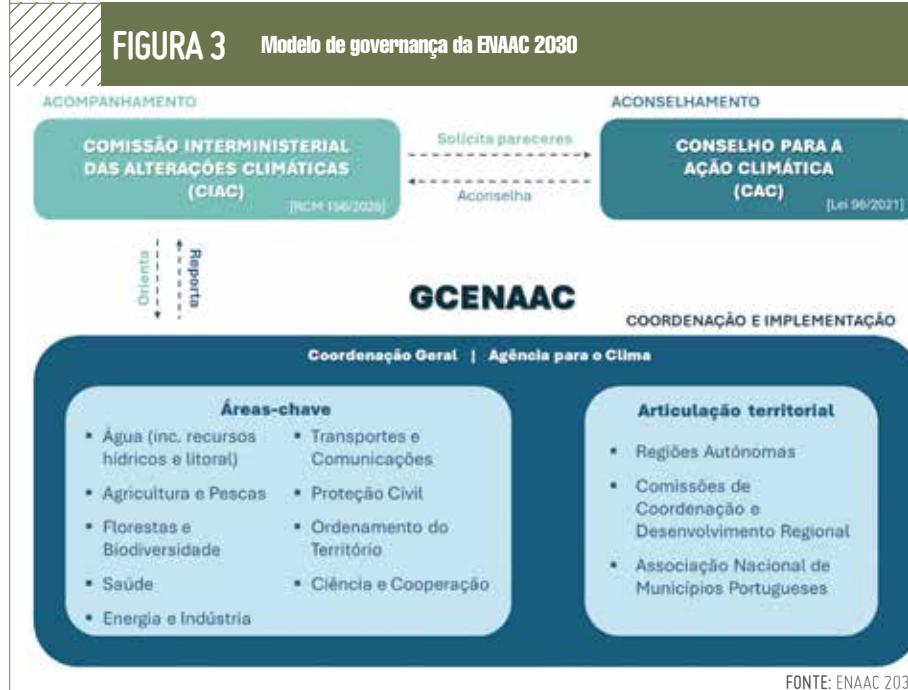
FIGURA 2 Objetivos estratégicos da ENAAC 2030 e respectivas linhas de atuação



Nota: "Climate proofing" é um processo para incorporar os riscos e as oportunidades das AC em projetos, políticas ou infraestruturas, de forma a torná-los mais resilientes e sustentáveis a longo prazo.

FONTE: FNAAC 2030

FIGURA 3 Modelo de governança da ENAAC 2030



ENAAC 2030 — medidas de adaptação que valorizem serviços ecossistémicos prestados pelos agricultores e pelas florestas, e que promovam financiamento justo para quem garante a segurança alimentar e protege os recursos.

Conclusão

A ENAAC 2030 é uma oportunidade para reforçar a resiliência do País face a riscos climáticos crescentes. Para que se traduza em resultados concretos, é indispensável envolver o sector cooperativo agrícola desde a conceção até à implementação.

Os agricultores asseguram abastecimento alimentar, coesão social e económica, e prestam serviços ecossistémicos fundamentais. Reconhecer este papel implica garantir financiamento adequado e remuneração justa dos produtores, mobilizar conhecimento técnico das cooperativas e apoiar a transição para sistemas produtivos mais resilientes.

Estes serão passos determinantes para que Portugal consolide uma verdadeira estratégia de adaptação assente na sustentabilidade, na equidade e no desenvolvimento territorial. ●

Nota final: Este artigo sistematiza o projeto de ENAAC 2030 em matérias de maior interesse para o sector agrário, não dispensando a consulta da versão disponível na íntegra.

NOTA:

1 O sul da Europa foi identificado como região crítica, com tendência de agravamento de riscos climáticos, em particular para a produção agrícola e aumento dos incêndios florestais

BIBLIOGRAFIA:

ENAAC 2030 (2025). Projeto de Estratégia Nacional de Adaptação Às Alterações Climáticas 2030. Versão para consulta pública disponível em https://participa.pt/contents/consultationdocument/ENAAC_2030_2810.pdf

Rosas, C (2024). Riscos Climáticos: como melhor antecipar e responder? Revista Espaço Rural n.º 162, pp 38-41

Rosas, C (2025). Água que une: Agricultura, Resiliência e Inovação Cooperativa Revista Espaço Rural n.º 168, pp 34-37

RENOVAÇÃO GERACIONAL E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DISCUTIDAS EM CÓRDOBA



1. A CONFAGRI MODEROU A MESA QUE INTEGROU A COOPERATIVA ALCALÁ DEL VALLE, A GUADIMONTE E A CARQUEIXA



2. PRESIDENTE DA COOP AGRÍCOLA DE BARCELOS, CARLOS MIRANDA APRESENTA O CASO DA SUA ORGANIZAÇÃO, NUMA MESA COM A COVAP E A COOPRADO



3. PRESIDENTE DA GUADIMONTE, VALTER MATIAS APRESENTA O CASO DA SUA ORGANIZAÇÃO

ACONFAGRI participou, a 27 de outubro, num evento ibérico em Córdoba, para a partilha de boas práticas na promoção da renovação geracional e na transformação digital, no âmbito do projeto Interreg POCTEP - AGROSOCIAL. O Salão de Plenários do Palácio da Merced, em Córdoba, acolheu o Fórum AgroSocial: renovação geracional na economia social agroalimentar, uma jornada integrada no programa transfronteiriço Interreg POCTEP Espanha-Portugal, coordenado pela Diputación de Córdoba. O encontro procurou fortalecer, fortalecer a competitividade do campo em ambos os lados da fronteira através da inovação, digitalização e alianças estratégicas.

O presidente da Diputación de Córdoba, Salvador Fuentes, organizador do evento, sublinhou que as cooperativas agropecuárias são motoras de desenvolvimento, estruturam o território e «merecem o mesmo reconhecimento industrial que as grandes empresas»,

colocando o debate na sustentabilidade, na renovação geracional e na digitalização, incluindo o recurso à inteligência artificial.

Um consórcio ibérico ao serviço do território

O programa conta com a coordenação da Diputación de Córdoba e com a participação de:

- Fundação Europeia para a Inovação – INTEC, e das organizações de cooperativas: CONFAGRI, Cooperativas Agroalimentares da Andaluzia e Cooperativas Agroalimentares de Extremadura.
- Quatro Diputacións provinciais: Lugo, Cáceres e Cádiz (IEDT), juntamente com Córdoba como coordenadora.
- Quatro entidades territoriais portuguesas: CIM Alto Minho, o Município do Fundão e a Associação Odiana (Castro Marim/Algarve), reforçando a dimensão transfronteiriça.

TEXTO

DOMINGOS GODINHO, CLAUDIO HEITOR E PATRÍCIA CARVALHO

CONFAGRI

Juntaram-se ainda entidades com boas práticas na promoção da instalação de jovens agricultores e da manutenção da atividade agrícola nos territórios: COVAP (Córdoba), COOPRADO (Cáceres), Cooperativa Agrícola de Barcelos (Portugal); a Carqueixa (Lugo), Cooperativa Agrícola Andaluza de Alcalá del Valle (Cádiz) e a Cooperativa GUADIMONTE (Castro Marim, Portugal).

Programa com visão 360º: da renovação à IA aplicada

A jornada combinou mesas redondas sobre boas práticas e tecnologia-chave. Juan Francisco Delgado (INTEC), apresentou aplicações operacionais de agricultura de precisão, deteção precoce de pragas com visão artificial, maquinaria autónoma, rastreabilidade com IA e blockchain, bem como logística preditiva, sublinhando o impacto direto na produtividade, segurança alimentar e redução do desperdício. Foram igualmente destacadas boas práticas de renovação geracional promovidas pelas Federações de cooperativas de Espanha e pela CONFAGRI, com testemunhos de jovens cooperativistas que lideram processos de modernização nas suas explorações e organizações. Em termos dos casos de sucesso destacados estiveram a COVAP (Córdoba), COOPRADO (Cáceres), Cooperativa Agrícola de Barcelos, a Carqueixa (Lugo), Cooperativa Agrícola Andaluza de Alcalá del Valle (Cádiz) e GUADIMONTE (Castro Marim), evidenciando diferentes estratégias de apoio à instalação de jovens e de valorização dos territórios. O encontro reforçou a ideia de que as cooperativas são a espinha dorsal do território, desempenhando um papel determinante na instalação de jovens agricultores e estando alinhadas com as novas oportunidades tecnológicas, como a inteligência artificial e a digitalização, que atuam como alavancas de competitividade e sustentabilidade, facilitando a incorporação de novas gerações com perfis técnicos e digitais. ●

VISITA DE JOVENS AGRICULTORES IRLANDESES EM PRIMEIRA INSTALAÇÃO A COOPERATIVAS PORTUGUESAS

— A PROMOÇÃO DA RENOVAÇÃO GERACIONAL

No âmbito da formação promovida pela ICOS – Organização das Cooperativas Irlandesas –, destinada a jovens agricultores em processo de primeira instalação nas cooperativas irlandesas, a CONFAGRI foi novamente convidada a organizar e acompanhar uma visita técnica deste grupo de jovens a Cooperativas em Portugal. É o segundo ano em que esta visita acontece, depois de, no ano anterior, ter sido organizada uma visita à Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches, Adega Cooperativa de Palmela e ao Alqueva, este ano a decisão foi visitar o Norte do país, tendo sido visitadas a AGROS, a Cooperativa Agrícola de Felgueiras, a Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca e a Adega Cooperativa de Ponte de Lima. Foram ainda visitadas uma exploração leiteira, uma exploração de kiwis e uma exploração pecuária extensiva de carne.

TEXTO

DOMINGOS GODINHO

IMAGENS

CLAUDIO HEITOR

CONFAGRI



A visita às cooperativas Portuguesas

Na AGROS o grupo foi recebido pelo seu Presidente, Idalino Leão, e sendo todos os visitantes jovens a instalarem-se no sector leiteiro, o debate sobre o sector em Portugal e na Irlanda foi muito vivo e enriquecedor. Seguiu-se a visita de uma exploração leiteira no concelho da Póvoa de Varzim.

A segunda Cooperativa a ser visitada foi a Cooperativa Agrícola de Felgueiras, com

1. VISITA À AGROS

atividade em sectores muito diferentes daqueles em que estes jovens agricultores se preparam para iniciar atividade, mas que despertou grande interesse, pela experiência cooperativa, independentemente do sector. A adega, a fruta, as hortícolas e o fornecimento de fatores de produção foram temas centrais da visita. O grupo

passou também por uma exploração de kiwis associada da Cooperativa, a terminar o período de colheita, onde a estação IOT (Internet das Coisas) e a utilização de dados na gestão da rega e da fitossanidade do pomar - em fase piloto no âmbito do projeto Digifarm2all - despertou grande interesse.



2. VISITA À COOPERATIVA AGRÍCOLA DE FELGUEIRAS



3. VISITA À COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ARCOS DE VALDEVEZ E PONTE DA BARCA



4. VISITA À ADEGA COOPERATIVA DE PONTE DE LIMA

No segundo dia das visitas houve tempo para estar em mais duas cooperativas. A Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, onde fomos recebidos pelo Presidente e pela Diretora-Geral, bem como por um jovem agricultor associado da Cooperativa. A conversa foi muito centrada no papel da Cooperativa no apoio aos produtores, bem como na comercialização dos seus produtos, nomeadamente a carne da raça Cachena. Após a reunião na Cooperativa houve a oportunidade de visitar uma exploração e dar a conhecer a raça, e mostrar o sistema produtivo, que articula terrenos privados e baldios na alimentação animal.

A visita às Cooperativas terminou na Adega Cooperativa de Ponte de Lima onde fomos recebidos pela Presidente, Celeste Patrocínio que apresentou a Adega e os seus produtos, mas principalmente o papel económico e social que a organização tem no concelho. A valorização das uvas produzidas por produtores associados de todas as dimensões, no mercado nacional e internacional, contribui para a manutenção da paisagem tradicional da região, e sustentar atividades complementares, como o turismo. Foi muito interessante para todos ouvir na primeira pessoa a experiência de gerir uma cooperativa e do relacionamento entre os sócios e a sua organização.

O projeto Agrosocial

A dificuldade de promover a renovação geracional na agricultura é uma ameaça à dinamização dos territórios rurais e ao abastecimento de alimentos. Consciente dessa razão, a CONFAGRI envolveu-se no projeto AGROSOCIAL com as Federações de Cooperativas da Andaluzia e da Extremadura e organizações como a Fundação INTEC, as Diputaciones de Córdoba (que coordena), de Cádiz, de Cáceres e de Lugo, além da Odiana (Algarve), do Município do Fundão e da CIM do Alto Minho. Esta visita em que acompanhamos os Jovens agricultores irlandeses e o seu monitor, proporcionou uma grande aprendizagem em todos os sentidos, para a CONFAGRI, para as cooperativas visitadas e para os nossos visitantes. No próximo ano, e no âmbito deste projeto, a CONFAGRI irá promover novas iniciativas orientadas precisamente para esse objetivo central: promover a renovação geracional na agricultura, condição absolutamente essencial para garantir o futuro da agricultura e dos territórios rurais. ●

DIGIFARM2ALL: A CONFAGRI NA PROMOÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO AGRÍCOLA

O projeto PRR Digifarm2all, coordenado pelo SFCOLAB e promovido por um consórcio que a CONFAGRI integra, aproxima-se do fim. Nesse sentido, a CONFAGRI organizou no dia 18 de novembro, na sua sede, um evento de sensibilização dirigido à Administração pública sublinhando a necessidade de garantir a continuidade dos serviços que permitem o uso de dados na gestão das culturas pelos agricultores, através das suas Cooperativas. Estiveram presentes representantes da ANI, IFAP, IVV, DGADR e CCDR's. Os parceiros SFCOLAB, INIAV, Cooperativa Agrícola de Beja e Brinches e Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa e Impactwave, partilharam o seu testemunho de envolvimento no projeto. A AIR centre, não sendo membro do consórcio,

apresentou o trabalho desenvolvido nas ilhas de Santa Maria e Terceira que constitui uma replicação do projeto Digifarm2all. Tivemos ainda a participação da GAIA (organização agrícola Grega com quem a CONFAGRI já colaborou noutros projetos de digitalização para cooperativas), que apresentou a impressionante infraestrutura desenvolvida e instalada na maioria do território Grego, num ambicioso projeto de smartfarming. Por fim, a CONFAGRI apresentou a ideia de uma parceria para, após o final do projeto, continuar o desenvolvimento da capacitação em smartfarming de técnicos e agricultores. O trabalho desenvolvido no âmbito do Digifarm2all não pode ser perdido e representa um avanço significativo para a digitalização inclusiva do sector agrícola. ●



1. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, NUNO SERRA

DIA DE INOVAÇÃO NA ADEGA COOPERATIVA DE CANTANHEDE: DIGITALIZAÇÃO AO SERVIÇO DA VITICULTURA



1. DIA ABERTO NA ADEGA COOPERATIVA CANTANHEDE

A Adega Cooperativa de Cantanhede acolheu, no passado dia 6 de novembro, o Dia Aberto AGRIFOODSkills, dedicado à digitalização, fertilização e produção integrada das explorações vitícolas, numa iniciativa conjunta da CONFAGRI, ESAC, com o apoio do SFCOLAB. O objetivo central foi divulgar competências digitais e verdes no sector, promovendo práticas agrícolas mais eficientes, sustentáveis e

acessíveis aos produtores. A iniciativa começou com a visita à vinha de um associado da Adega, onde está instalado o SOFIS®, um equipamento de baixo custo equipado com uma estação meteorológica e sensores de solo, integrado no Projeto DigiFarm2All, do qual participam a CONFAGRI, a Adega e o SFCOLAB. O equipamento permite a monitorização contínua e em tempo real das condições ambientais, apoiando

decisões mais informadas e sustentáveis por parte da Adega, nas recomendações aos seus associados.

Durante a tarde, já nas instalações da Adega, foram abordados temas como recomendações para produção integrada, fertilização, tecnologias de digitalização, gestão fitossanitária e de rega, bem como o papel das cooperativas na promoção da literacia digital e sustentável junto dos agricultores. Os participantes tiveram ainda oportunidade de ver como funciona a plataforma DigiFarm2All e compreender como as recomendações são aplicadas na gestão da vinha.

A digitalização agrícola é uma prioridade para o território, e o trabalho conjunto das entidades envolvidas evidencia o papel das cooperativas no acesso partilhado à tecnologia, na formação e na transição para sistemas agrícolas mais resilientes. Este Dia de Inovação reforçou o compromisso do sector cooperativo com o futuro da viticultura, promovendo novas competências agrícolas, que tornam a agricultura mais eficiente, sustentável e competitiva. ●

Soluções de Garantia para Empresas

Garantimos o futuro da sua Empresa

Facilitamos o acesso ao
financiamento com Garantias em
condições vantajosas e apoio
personalizado para o **setor agrícola**.

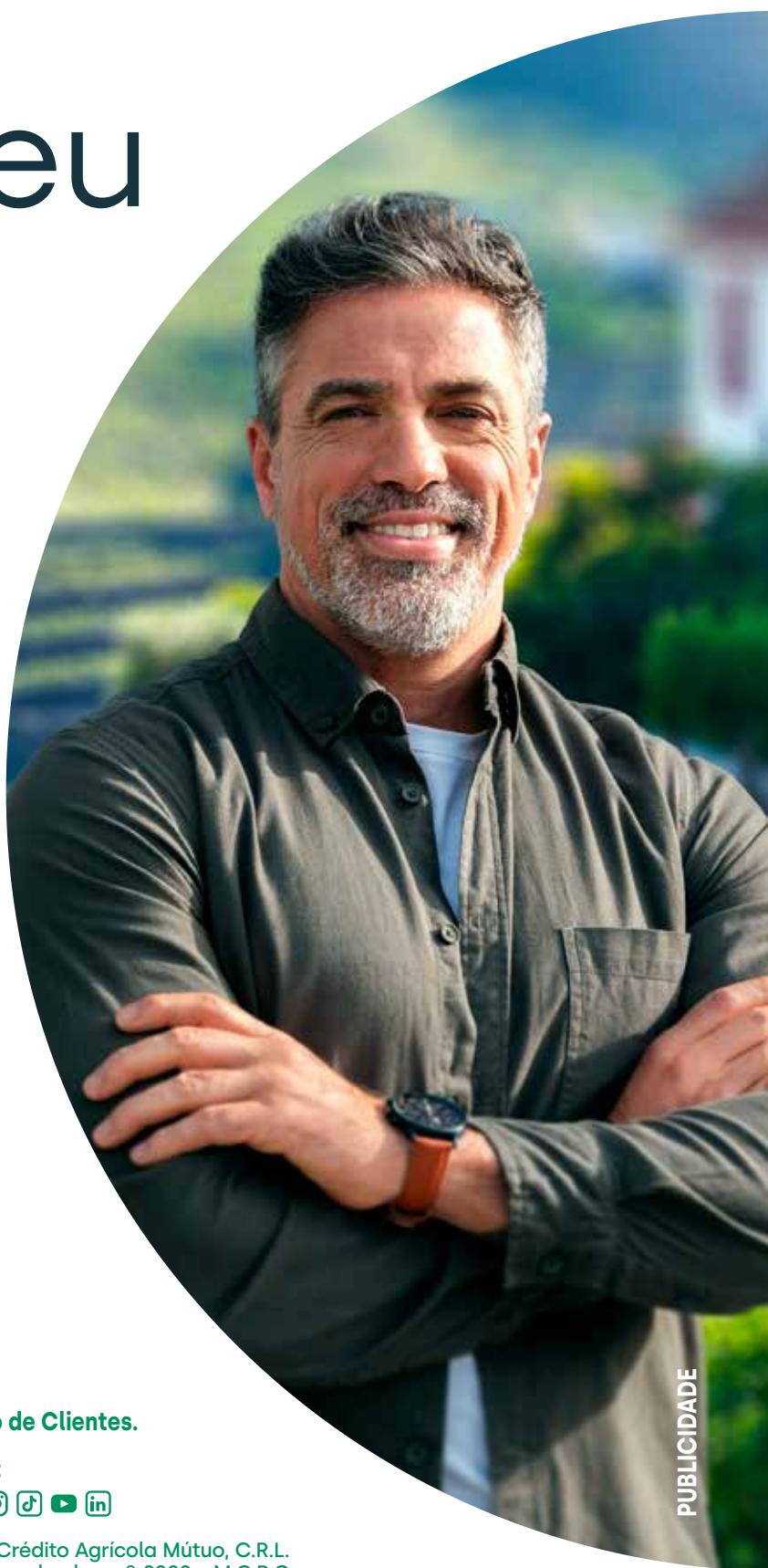


Conheça as Linhas de Crédito com Garantia para
apoiar o crescimento da sua Empresa.

agrogarante.pt | garval.pt | lisgarante.pt | norgarante.pt

MAIS para o seu negócio

**Gestão + simples
com uma só solução**
para negócios que
impulsionam a região.



DESCUBRA +



Sujeito à Política de Aceitação de Clientes.

Para mais informações:
creditoagricola.pt | [f](#) [o](#) [d](#) [y](#) [in](#)

Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L.
registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000 - M.C.R.C
de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501 464 301 - Capital Social
€ 331.744.155,00 (variável) - Rua Castilho nº 233, 233 A, Lisboa.